

14112023 1354 L9503Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503/compilado.htm 192 Presidencia d
Lei CAPITULO I DISPOSICOES PRELIMINARES Art 1o O transito de qualquer natureza nas vias terrestres
estacionamento e operacao de carga ou descarga SS 2o O transito em condicoes seguras e um direito de t
orgaos e entidades componentes do Sistema Nacional de Transito respondem no ambito das respectivas co
5o Os orgaos e entidades de transito pertencentes ao Sistema Nacional de Transito darao prioridade em su
estradas e as rodovias que terao seu uso regulamentado pelo orgao ou entidade com circunscricao sobre e
constituídos por unidades autonomas e as vias e areas de estacionamento de estabelecimentos privado s d
pessoas nele expressamente mencionadas Art 4o Os conceitos e definicoes estabelecidos para os efeitos d
Estados do Distrito Federal e dos Municipios que tem por finalidade o exercicio das atividades de planejame
6o Sao objetivos basicos do Sistema Nacional de Transito I estabelecer diretrizes da Politica Nacional de Tr
de criterios tecnicos financeiros e administrativos para a execucao das atividades de transito III estabelecer
Nacional de Transito Art 7o Compoem o Sistema Nacional de Transito os seguintes orgaos e entidades I o
consultivos e coordenadores III os orgaos e entidades executivos de transito da Uniao dos Estados do Distr
do Distrito Federal e VII as Juntas Administrativas de Recursos de Infraco es JARI Art 7oA A autoridade port
de facilitar a autuacao por descumprimento da legislacao de transito Incluido pela Lei no 12058 de 2009 SS
respectivos estacionamentos ou vias de transito internas Incluido pela Lei no 12058 de 2009 SS 2o VET AD
e entidades executivos de transito e executivos rodoviarios estabelecendo os limites circunscricionais de su
transito da Uniao Art 10 O Contran com sede no Distrito Federal e composto dos Ministros de Estado respo
inovacoes Redacao dada pela Lei no 14599 de 2023 IV educacao Redacao dada pela Lei no 14599 de 2023
Vigencia14112023 1354 L9503Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503/compilado.htm 392 VIII V
de 2023 XXIII justica Redacao dada pela Lei no 14599 de 2023 XXIV relacoes exteriores Redacao dada pel
pela Lei no 14599 de 2023 XXVIII transportes terrestres Incluido pela Lei no 14599 de 2023 XXIX seguranc
presidido pelo Ministro de Estado ao qual estiver subordinado o orgao maximo executivo de transito da Uniao
oficialgeneral na hipotese de tratar-se de militar Redacao dada pela Lei no 14599 de 202314112023 1354 L9
de votacao e de aprovacao no Contran e o de maioria absoluta Redacao dada pela Lei no 14071 de 2020 V
exame Redacao dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia Art 11 VET ADO Art 12 Compete ao CONTRAN
III VET ADO IV criar Camaras Tematicas V estabelecer seu regimento interno e as diretrizes para o funcion
procedimentos para o enquadramento das condutas expressamente referidas neste Codig o para a fiscaliza
consultas que lhe forem formuladas relativas a aplicacao da legislacao de transito X normatizar os procedim
dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia XIII avocar para analise e solucoes processos sobre conflitos de c
atizar o processo de formacao do candidato a obtencao da Carteira Nacional de Habilitacao estabelecendo
serao submetidas a previa cons ulta publica por meio da rede mundial de computadores pelo periodo minim
deste artigo ficara o a disposicao do publico pelo prazo de 2 dois anos contado da data de encerramento da
do Plenario para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo Redacao dada pela Lei no 14599 de 2023
aprovada pelo Plenario do Contran no prazo de 120 cento e vinte dias perdera sua eficacia com manutenca
14599 de 2023 SS 5o Norma do Contran podera dispor sobre o uso de sinalizacao horizontal ou vertical que

integradas por especialistas e tem como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre o Sistema Nacional de Trânsito além de especialistas representantes dos diversos segmentos da sociedade representados por pessoa jurídica e devem atender aos requisitos estabelecidos pelo CONTRAN SS 3º A da Lei nº 14.071 de 2020 Vigência SS 4º VET ADO I VET ADO II VET ADO III VET ADO IV VET ADO Art 14 O de trânsito no âmbito das respectivas atribuições II elaborar normas no âmbito das respectivas competências JARI b dos órgãos e entidades executivos estaduais nos casos de inaptidão permanente constatados nos e atividades de administração educação engenharia fiscalização policiamento ostensivo de trânsito formação exigências definidas nos SSSS 1º e 2º do art 33314112023 1354 L9503 Compilado <https://www.planalto.gov.br> único Dos casos previstos no inciso V julgados pelo órgão não cabe recurso na esfera administrativa Art 15 CETRAN e do CONTRANDIFE são nomeados pelos Governadores dos Estados e do Distrito Federal respectivamente Art 16 Junto a cada órgão ou entidade executivos de trânsito ou rodoviário funcionarão Juntas Administrativas e apoio administrativo e financeiro do órgão ou entidade junto ao qual funcionem Art 17 Compete às JARI I encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas a execução das normas e diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN no âmbito de suas atribuições II proceder às Nacionalis de Trânsito de Transporte e de Segurança Pública objetivando o combate à violência no trânsito patrimônio ou a administração pública ou privada referentes à segurança do trânsito V supervisionar a implantação a expedição de documentos de condutores de registro e licenciamento de veículos VII expedir a Permissão de Carteiras de Habilitação RENACH IX organizar e manter o Registro Nacional de Veículos Automotores RNI e fornecer informações sobre as ocorrências de sinistros de trânsito e as estatísticas de trânsito Redação dada pela Lei nº 14.599 de 2023 aplicadas no prontuário do infrator da arrecadação de multas e do repasse de que trata o SS 1º do art 320 do CTB e o fluxo permanente de informações com os demais órgãos do Sistema XV promover em conjunto com os órgãos do CTB a 14599 de 2023 XVI elaborar e distribuir conteúdos programáticos para a educação de trânsito XVII promover a manutenção e dos dispositivos e equipamentos de trânsito XIX organizar elaborar complementar e alterar os manuais e normas para os órgãos executivos dos Estados e do Distrito Federal ou a entidade habilitada para esse fim pelo poder público XX ou reuniões internacionais XXII propor acordos de cooperação com organismos internacionais com vistas à melhoria de trânsito propondo medidas que estimulem a pesquisa científica e o ensino técnico-profissional de interesse público XXIII montagem de veículos consoante sua destinação XXVI estabelecer procedimentos para a concessão do direito de condução de veículos de trânsito e submetê-los com proposta de solução ao Ministério ou órgão coordenador máximo do Sistema de Trânsito Vigência XXXI organizar manter e atualizar o Registro Nacional Positivo de Condutores RNPC Incluído pela Lei nº 14.599 de 2023 meio de sindicância a deficiência técnica ou administrativa ou a prática constante de atos de improbidade administrativa nas atividades do órgão executivo de trânsito estadual que tenha motivado a investigação até que as irregularidades sejam sanadas da União dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios fornecerão obrigatoriamente mês a mês os dados estatísticos de trânsito federais I cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito no âmbito de suas atribuições II realizar a fiscalização de trânsito aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa e as medidas administrativas em casos de trânsito ou perigosas Redação dada pela Lei nº 14.071 de 2020 Vigência IV efetuar levantamento dos locais de sinistros de trânsito relativos aos serviços de remoção de veículos escolta e transporte de carga indivisível VI assegurar a livre circulação

não autorizadas VII coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre sinistros de trânsito e suas causas a
 promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de acordo com as diretrizes estabelecidas
 licenciamento a simplificação e a celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores
 dar apoio quando solicitado as ações específicas dos órgãos ambientais XII aplicar a penalidade de suspensão
 2020 Vigência XIII realizar perícia administrativa nos locais de sinistros de trânsito Redação dada pela Lei nº 14.112 de 2023
 legislação e as normas de trânsito no âmbito de suas atribuições 14112023 1354 L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2023/14112023/1354_L9503.htm
 os dispositivos e os equipamentos de controle viário IV coletar dados e elaborar estudos sobre os sinistros de trânsito
 trânsito VI executar a fiscalização de trânsito autuar aplicar as penalidades de advertência por escrito e aplicar as penalidades
 superdimensionadas ou perigosas VIII fiscalizar autuar aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis e arrecadar as
 multas nele previstas X implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito
 para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência com vistas a unificação do sistema
 ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga de acordo com o estabelecido no art 66 além de dar apoio quando
 circulação desses veículos XV aplicar a penalidade de suspensão do direito de dirigir quando prevista de fato para o condutor
 Art 22 Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal no âmbito de sua circunscrição
 reciclagem e de suspensão de condutores e expedir e cassar Licença de Aprendizagem Permissão para Dirigir e renovar a
 veicular registrar emplacar e licenciar veículos com a expedição dos Certificados de Registro de Veículo e dos Certificados de
 policiamento ostensivo de trânsito V executar a fiscalização de trânsito autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis
 de polícia de trânsito Redação dada pela Lei nº 14.599 de 2023 14112023 1354 L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2023/14112023/1354_L9503.htm
 infratores e arrecadando as multas que aplicar Redação dada pela Lei nº 14.599 de 2023 VII arrecadar valores de multas e de taxas
 Nacional de Habilitação IX coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre sinistros de trânsito e suas causas a
 medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito XII promover e participar de projetos e programas de
 e compensação de multas impostas na área de sua competência com vistas a unificação do licenciamento a
 os dados cadastrais dos veículos registrados e dos condutores habilitados para fins de imposição e notificação de multa
 estabelecido no art 66 além de dar apoio quando solicitado as ações específicas dos órgãos ambientais locais
 jovens e adultos por meio de aulas teóricas e práticas sobre legislação sinalização e comportamento no trânsito
 pela Lei nº 14.599 de 2023 I o condutor atingir o limite de pontos estabelecido no inciso I do art 261 deste Código II o condutor
 tiver sido efetuada pelo próprio órgão executivo estadual de trânsito Incluído pela Lei nº 14.599 de 2023 SS 165 D 233 240 241 242 e 243 e no SS 5o do art 330 deste Código Incluído pela Lei nº 14.599 de 2023 Art 2o
 conforme convenio firmado como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários
 Art 24 Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios no âmbito de sua circunscrição
 trânsito de veículos de pedestres e de animais e promover o desenvolvimento temporário ou definitivo da circulação de pedestres e de animais
 de controle viário IV coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os sinistros de trânsito e suas causas a
 de trânsito em vias terrestres edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo autuar e aplicar as penalidades
 e do Distrito Federal previstas no SS 2o do art 22 deste Código notificando os infratores e arrecadando as multas e taxas cabíveis
 IX fiscalizar o cumprimento da norma contida no art 95 aplicando as penalidades e arrecadando as multas e taxas cabíveis
 ou perigosas XII credenciar os serviços de escolta fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de escolta

de sua competencia com vistas a unificacao do licenciamento a simplificacao e a celeridade das transferencias de propriedade de projetos e programas de educacao e seguranca de transito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN. Art 14 Veiculos de tracao e propulsao humana e de tracao animal fiscalizando autuando aplicando penalidades e aplicando a Lei Nacional de Transito no Estado sob coordenacao do respectivo CETRAN XX fiscalizar o nivel de emissao de poluente dos veiculos. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503/compilado.htm 1292solicitado XXI vistoriar veiculos que necessitem de reparos e aplicar penalidade ao orgao maximo executivo de transito da Uniao Incluido dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia a Redacao dada pela Lei no 14440 de 2022 SS 1o As competencias relativas a orgao ou entidade municipal ou estadual ou federal por meio de orgao ou entidade executivos de transito ou diretamente por meio da prefeitura municipal conforme o caso e as privadas de uso coletivo somente se aplica para infracoes de uso de vagas reservadas em estacionamentos e para as demais medidas administrativas e penalidades previstas nos arts 95 181 182 183 218 e 219 nos incisos V e X do capitulo III do CONTRAN de transito dos Estados do Distrito Federal e dos Municipios executar a fiscalizacao de transito autuar e aplicar as penalidades previstas no Paragrafo unico As competencias privativas previstas no SS 2o do art 22 e no SS 4o do art 24 podem ser delegadas a qualquer orgao Nacional de Transito poderao celebrar convenio delegando as atividades previstas nesteCodigo com vistas a melhoria da seguranca ser estabelecido entre as partes com ressarcimento dos custos apropriados Redacao dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia o orgao ou entidade que integre o Sistema Nacional de Transito permitido inclusive o consorcio com outro entidade ou com o art 51 e o inciso XIII do caput do art 52 da Constituicao Federal respectivamente mediante convenio com o Poder Executivo cometida nas adjacencias do Congresso Nacional ou nos locais sob sua responsabilidade comprometer o cumprimento das atividades os agentes mencionados no caput deste artigo deverao receber treinamento especifico para o exercicio das funcoes e para a seguranca que possa constituir perigo ou obstaculo para o transito de veiculos de pessoas ou de animais ou ainda causar danos a qualquer outro obstaculo Art 27 Antes de colocar o veiculo em circulacao nas vias publicas o condutor devera cumprir as seguintes devera a todo momento ter dominio de seu veiculo dirigindo-o com atencao e cuidados indispensaveis a seguranca e a ordem o condutor devera guardar distancia de seguranca lateral e frontal entre o seu e os demais veiculos bem como de frente e de trás se cruzem se aproximarem de local nao sinalizado tera preferencia de passagem a no caso de apenas um trafego de frente e de trás o condutor IV quando uma pista de rolamento comportar varias faixas de circulacao no mesmo sentido sao as seguintes a de maior velocidade V o transito de veiculos sobre passeios calcadas e nos acostamentos so podera ocorrer quando os veiculos destinados a socorro de incendio e salvamento os de policia os de fiscalizacao e operacao de transito e as demais previstas na Redacao dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia a quando os dispositivos regulamentares de alarme sonoro e de iluminacao intermitente Redacao dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia b os pedestres ao ouvirem o alarme sonoro ou avistarem os veiculos de socorro o uso de dispositivos de alarme sonoro e de iluminacao intermitente somente podera ocorrer por ocasio da emergencia e com os cuidados de seguranca obedecidas as demais normas desteCodigo e as prerrogativas de livre circulacao e de estacionamento e de aplicacao somente quando os veiculos estiverem identificados por dispositivos regulamentares de iluminacao e de sinalizacao sinalizados devendo estar identificados na forma estabelecida pelo CONTRAN14112023 1354 L9503Compilado de 1997 a esquerda X todo condutor devera antes de efetuar uma ultrapassagem certificar-se de que a nenhum condutor ou pedestre vai tomar esteja livre numa extensao suficiente para que sua manobra nao ponha em perigo ou obstrua o trafego de transito de gesto convencional de braco b afastarse do usuario ou usuarios aos quais ultrapassa de tal forma que devesse ser de braco adotando os cuidados necessarios para nao por em perigo ou obstruir o transito dos veiculos que

SS 1o As normas de ultrapassagem previstas nas alíneas a e b do inciso X e a e b do inciso XI aplicam-se a este artigo em ordem decrescente os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança. Incluído pela Lei nº 14.071 de 2020 Vigência SS 4o Em situações especiais ato da autoridade máxima federal. Todo condutor ao perceber que outro que o segue tem o propósito de ultrapassá-lo deverá I se estiver circulando. Parágrafo único Os veículos mais lentos quando em fila deverão manter distância suficiente entre si para permitir o desembarque de passageiros deverá reduzir a velocidade dirigindo com atenção redobrada ou parar o veículo. passagens de nível nas pontes e viadutos e nas travessias de pedestres exceto quando houver sinalização para os demais usuários da via que o seguem precedem ou vão cruzar com ele considerando sua posição sua distância e devida antecedência por meio da luz indicadora de direção de seu veículo ou fazendo gesto convencional de mão. I o condutor a esse lado da via deverá dar preferência aos veículos e pedestres que por ela estejam transitando Art 37 Navegação. Art 38 Antes de entrar a direita ou a esquerda em outra via ou em espaço possível II ao sair da via pelo lado esquerdo aproximar-se o máximo possível de seu eixo ou da linha da via. Durante a manobra de mudança de direção o condutor deverá ceder passagem aos pedestres e ciclistas e aos veículos nos locais para isto determinados quer por meio de sinalização quer pela existência de locais apropriados ou de luzes em veículo obedeceu as seguintes determinações I o condutor manterá acesos os faróis do veículo por dia e sob chuva neblina ou cerração Incluído pela Lei nº 14.071 de 2020 Vigência II nas vias não iluminadas o condutor poderá usar o tempo com o objetivo de advertir outros motoristas só poderá ser utilizada para indicar a intenção de ultrapassar. 2020 Vigência V O condutor utilizará o pisca-alerta nas seguintes situações a em imobilizações ou situações de parada de posição quando o veículo estiver parado para fins de embarque ou desembarque de passageiros e carga ou luz baixa durante o dia e à noite Redação dada pela Lei nº 14.071 de 2020 Vigência SS 2o Os veículos que circulam pela Lei nº 14.071 de 2020 Vigência 14112023 1354 L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1990/L14071.htm II fora das áreas urbanas quando for conveniente advertir a um condutor que se tem o propósito de ultrapassá-lo do veículo e da carga as condições meteorológicas e a intensidade do trânsito obedecendo aos limites máximos de velocidade de seu veículo deverá antes certificar-se de que pode fazê-lo sem risco nem inconvenientes para si ou para de qualquer tipo de cruzamento o condutor do veículo deve demonstrar prudência especial transitando em via de mão única diante de sinal vermelho do semáforo onde houver sinalização indicativa que permita essa conversão observando a interseção se houver possibilidade de ser obrigado a imobilizar o veículo na área do cruzamento obstruindo-a na forma estabelecida pelo CONTRAN Art 47 Quando proibido o estacionamento na via a parada deverá ser feita de acordo com a regulamentada pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via e é considerado estacionamento Art 48 As exceções devidamente sinalizadas SS 1o Nas vias providas de acostamento os veículos parados estacionam no acostamento e junto a ela salvo quando houver sinalização que determine outra condição SS 3o O estacionamento dos veículos em via pública o condutor do veículo deixá-la aberta ou descer do veículo sem antes se certificarem de que isso não constitui perigo para si ou para de domínio e das áreas adjacentes as estradas e rodovias obedeceu as condições de segurança do trânsito e as normas implantadas e mantidas às expensas do condomínio após aprovação dos projetos pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via devendo seus condutores obedecer no que couber as normas de circulação previstas neste Código e as que forem estabelecidas no seguinte I para facilitar os deslocamentos os rebanhos deverão ser divididos em grupos de tamanho moderado

de motocicletas motonetas e ciclomotores so poderao circular nas vias I utilizando capacete de seguranc

poderao ser transportados I utilizando capacete de seguranc II em carro lateral acoplado aos veiculos ou e

Art 57 Os ciclomotores devem ser conduzidos pela direita da pista de rolamento preferencialmente no centr

calcadas das vias urbanas Paragrafo unico Quando uma via comportar duas ou mais faixas de transito e a c

dupla a circulacao de bicicletas devera ocorrer quando nao houver ciclovia ciclofaixa ou acostamento ou qu

circunscricao sobre a via podera autorizar a circulacao de bicicletas no sentido contrario ao fluxo dos veicul

Art 60 As vias abertas a circulacao de acordo com sua utilizacao classificamse em I vias urbanas a via de tr

via sera indicada por meio de sinalizacao obedecidas suas caracteristicas tecnicas e as condicoes de transi

c quarenta quilometros por hora nas vias coletoras d trinta quilometros por hora nas vias locais II nas vias ru

Redacao dada pela Lei no 14440 de 2022 2 90 kmh noventa quilometros por hora para os demais veiculos I

13281 de 2016 Vigencia 1 100 kmh cem quilometros por hora para automoveis camionetas caminhonetes e

quilometros por hora Incluido pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia SS 2o O orgao ou entidade de transito ou

a metade da velocidade maxima estabelecida respeitadas as condicoes operacionais de transito e da via Ar

bancos traseiros em disposi tivo de retencao adequado para cada idade peso e altura salvo excecoes relac

dianteiro do veiculo e as espec ificacoes tecnicas dos dispositivos de retencao a que se refere o caput deste

salvo em situacoes regulamentadas pelo CONTRAN Art 66 VET ADO Art 67 As provas ou competicoes des

desportiva ou de entidades estaduais a ela filiadas14112023 1354 L9503Compilado <https://www.planalto.gov.br>

custos operacionais em que o orgao ou entidade permissionaria incorrera Paragrafo unico A autoridade com

Art 67A O disposto neste Capitulo aplicase aos motoristas profissionais Redacao dada pela Lei no 13103 de

Revogado Redacao dada pela Lei no 13103 de 2015 Vigencia SS 2o Revogado Redacao dada pela Lei no

dada pela Lei no 13103 de 2015 Vigencia SS 6o Revogado Redacao dada pela Lei no 13103 de 2015 Viger

2012 Vigencia Art 67C E vedado ao motorista profissional dirigir por mais de 5 cinco horas e meia ininterrupt

descanso dentro de cada 6 seis horas na conducao de veiculo de transporte de carga sendo facultado o se

Serao observados 30 trinta minutos para descanso a cada 4 quatro horas na conducao de veiculo rodoviari

direcao devidamente registradas o tempo de direcao podera ser elevado pelo periodo necessario para que

Vigencia SS 3o O condutor e obrigado dentro do periodo de 24 vinte e quatro horas a observar o minimo de

ininterruptas de descanso Incluido pela Lei no 13103 de 2015 Vigencia Vide ADI 5322 SS 4o Entendes e co

2015 Vigencia SS 5o Entendese como inicio de viagem a partida do veiculo na ida ou no retorno com ou se

iniciara uma viagem apos o cumprimento integral do intervalo de descanso previsto no SS 3o deste artigo In

cargas ou agente de cargas ordenara a qualquer motorista a seu servico ainda que subcontratado que con

do tempo de direcao e de descanso pelos motoristas profissionais condutores de veiculos ou composicoes

14599 de 2023 SS 9o O orgao competente da Uniao ou conforme o caso a autoridade do ente da Federaca

transporte rodoviario de cargas especialmente entre os previstos no art 10 da Lei no 13103 de 2 de marco d

67E O motorista profissional e responsavel por controlar e registrar o tempo de conducao estipulado no art

profissional as penalidades dai decorrentes previstas nesteCodigo Incluido pela Lei no 13103 de 2015 Vige

ocorrer a situacao excepcional descrita no SS 8o do art 67C desteCodigo Incluido pela Lei no 14440 de 20

ficha de trabalho externo ou por meios eletrônicos instalados no veículo conforme norma do Contran Incluído pela Lei no 12006 de 2009 SS 4o A guarda a preservação e a exatidão das informações contidas no equipamento retransmissor. E assegurada ao pedestre a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos. E empurrando a bicicleta equiparase ao pedestre em direitos e deveres SS 2o Nas áreas urbanas quando não houver acostamento ou passeio em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida SS 3o Nas vias urbanas a circulação dos pedestres que não deverão nessas condições usar o acostamento 14112023 1354 L9503C

Para cruzar a pista de rolamento o pedestre tomará precauções de segurança levando em conta principalmente a velocidade dos veículos onde não houver faixa ou passagem o cruzamento da via deverá ser feito em sentido perpendicular ao de sua direção. O foco de pedestres aguardar que o semáforo ou o agente de trânsito interrompa o fluxo de veículos III nas interseções sem semáforo sem antes se certificar de que podem fazê-lo sem obstruir o trânsito de veículos b uma vez iniciada a travessia não poderá ser interrompida delimitadas para esse fim terão prioridade de passagem exceto nos locais com sinalização semafórica onde a mudança do semáforo liberando a passagem dos veículos Art 71 O órgão ou entidade com circunscrição sobre a via poderá solicitar por escrito aos órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito sinalização fiscalização e fiscalização de trânsito para analisar as solicitações e responder por escrito dentro de prazos mínimos sobre a possibilidade ou não de implantação de medidas pertinentes ao Sistema Nacional de Trânsito e como proceder a tais solicitações

CAPÍTULO VI DA EDUCAÇÃO

Art 72 O órgão ou entidade do Sistema Nacional de Trânsito promoverá a educação de trânsito em cada órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito SS 2o Os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito promoverão anualmente os temas e os cronogramas das campanhas de âmbito nacional que deverão ser promovidas por meio de programas ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito deverão promover outras campanhas no âmbito de sua circunscrição. Os órgãos e entidades do poder público são obrigados a difundir-las gratuitamente com a frequência recomendada pelos órgãos competentes. Os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação da União dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios poderão mediante convênio promover a Redação dada pela Lei no 14599 de 2023 I a adoção em todos os níveis de ensino de programas de treinamento de professores e multiplicadores III a criação de corpos técnicos interprofissionais para levantamento de dados e Redação dada pela Lei no 14599 de 2023 Art 77 No âmbito da educação para o trânsito caberá ao Ministério da Educação e do Esporte de 2023 Parágrafo único As campanhas terão caráter permanente por intermédio do Sistema Único de Saúde e do Conselho Nacional de Trânsito para a veiculação de mensagens educativas s de trânsito em todo o território nacional em caráter suplementar. Os fabricantes da indústria automobilística ou afim incluirão obrigatoriamente mensagem educativa de trânsito a ser conjuntamente veiculada com os rodoviários automotores de qualquer espécie incluídos os de passageiros e os de carga Incluído pela Lei no 12006 de 2009 artigo aplicase a propaganda de natureza comercial veiculada por iniciativa do fabricante do produto em que se trata de veículo 12006 de 2009 IV revista Incluído pela Lei no 12006 de 2009 V outdoor Incluído pela Lei no 12006 de 2009 VI sinalização SS 1o deste artigo Incluído pela Lei no 12006 de 2009 14112023 1354 L9503Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2009/12006/leis_12006_001.htm

tipo de produto e anunciante inclusive aquela de caráter institucional ou eleitoral Incluído pela Lei no 12006 de 2009 II as fixadas para as campanhas educativas de trânsito a que se refere o art 75 Incluído pela Lei no 12006 de 2009 III o valor de R\$ 12006 de 2009 I advertência por escrito Incluído pela Lei no 12006 de 2009 II suspensão nos veículos de trânsito de R\$ seiscentos e vinte e sete reais a R\$ 813500 oito mil cento e trinta e cinco reais cobrada do dobro até o quinto dobro de R\$ 12006 de 2009 III inclusão de placas de trânsito Incluído pela Lei no 12006 de 2009 SS 2o Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo qualquer infração de trânsito

VETADO Incluído pela Lei no 14304 de 2022 Vigencia Art 78 Os Ministerios da Saude da Educacao do Trabalho e da Previdencia Social Paragrafo unico O percentual de dez por cento do total dos valores arrecadados destinados a Previdencia Social Coordenador do Sistema Nacional de Transito para aplicacao exclusiva em programas de que trata este artigo

capitulo CAPITULO VII DA SINALIZACAO DE TRANSITO Art 80 Sempre que necessario sera colocada ao longo da via de modo perfeitamente visivel e legivel durante o dia e a noite em distancia compativel com a seguranca do transito e os limites previstos neste Codigo Redacao dada pela Lei no 14599 de 2023 SS 3o A responsabilidade pela instalacao e conservacao no 13281 de 2016 Vigencia Art 81 Nas vias publicas e nos imoveis e proibido colocar luzes publicidade inscricoes ou junto a ambos qualquer tipo de publicidade inscricoes legendas e simbolos que nao se relacionem com a sinalizacao 1354 L9503Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503/compilado.htm 2492 Art 84 O orgao ou entidade de transito destinados pelo orgao ou entidade de transito com circunscricao sobre a via a travessia de pedestres deve ser devidamente identificadas na forma regulamentada pelo CONTRAN Art 86A As vagas de estacionamento regulamentadas no 13146 de 2015 Vigencia Art 87 Os sinais de transito classificam-se em I verticais II horizontais III dispositivos temporarios apos a realizacao de obras ou de manutencao enquanto nao estiver devidamente sinalizada vertical e horizontalmente na seguinte ordem de prevalencia I as ordens do agente de transito sobre as normas de circulacao e outros sinais II a inobservancia a sinalizacao quando esta for insuficiente ou incorreta SS 1o O orgao ou entidade de transito e o uso da sinalizacao CAPITULO VIII DA ENGENHARIA DE TRAFEGO DA OPERACAO DA FISCALIZACAO DE VEICULOS a serem praticados por todos os orgaos e entidades do Sistema Nacional de Transito Art 92 VETADO Art 93 O projeto do projeto conste area para estacionamento e indicacao das vias de acesso adequadas Art 94 Qualquer obra que coloque em risco a seguranca de transito E proibida a utilizacao das ondulacoes transversais e de sonorizadores como redutores de velocidade salvo quando for para colocar em risco sua seguranca sera iniciada sem permissao previa do orgao ou entidade de transito com circunscricao sobre a via avisara a comunidade por intermedio dos meios de comunicacao social com o valor de R\$ 488,10 e um reais e trinta e cinco centavos a R\$ 488,10 quatrocentos e oitenta e oito reais e dez centavos independente do prazo levando-se em consideracao a dimensao da obra ou do evento e o prejuizo causado ao transito Redacao dada pela Lei no 14599 de 2023 14112023 1354 L9503Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503/compilado.htm 2492 Art 96 O aluguel e de aprendizagem Art 97 As caracteristicas dos veiculos suas especificacoes basicas configuracao e desempenho no veiculo modificacoes de suas caracteristicas de fabrica SS 1o Os veiculos e motores novos ou usados que tenham sido modificados e ao proprietario do veiculo a responsabilidade pelo cumprimento das exigencias Redacao dada pela Lei no 14071 de 2020 e exigencias fixadas pelo CONTRAN Incluído pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia Art 99 Somente podera transitar de transito fiscal na forma estabelecida pelo CONTRAN SS 2o Sera tolerado um percentual sobre os limites de peso bruto e de eixos de veiculos serao aferidos de acordo com a metodologia e na periodicidade estabelecidas pelo CONTRAN e a respectiva tolerancia Incluído pela Lei no 14229 de 2021 Vigencia SS 5o O fabricante fara constar em lu

[illegible]

pelos veículos de representação pessoal do Presidente e do Vice-Presidente da República dos Presidentes dos Presidentes dos Tribunais Federais dos Governadores Prefeitos Secretários Estaduais e Municipais dos modelos estabelecidos pelo CONTRAN SS 4o Os aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar a dada pela Lei no 13154 de 2015 Vide SS 4oA Os tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar a Agricultura e Pecuária acessível aos componentes do Sistema Nacional de Trânsito Redação dada pela Lei no 3192 SS 7o Excepcionalmente mediante autorização específica e fundamentada das respectivas corregedorias para impedir a identificação de seus usuários específicos na forma de regulamento a ser emitido conjuntamente com os utilizados para trabalho agrícola jericos para efeito do registro de que trata o SS 4oA ficam dispensados da utilização do lacre previsto no caput na forma a ser regulamentada pelo Contran Incluído pela Lei no 13281 de 2016 Vigência sistema de livre passagem Incluído pela Lei no 14157 de 2021 Art 116 Os veículos de propriedade da União e dos Estados e do Distrito Federal e serão vinculadas ao órgão de segurança pública solicitante Redação dada pela Lei no 13281 de 2016 Vigência do peso bruto total combinado PBTC ou capacidade máxima de tração CMT e de sua lotação vedado o uso em trânsito com os países com os quais exista acordo ou tratado internacional reger-se-á pelas disposições deste Código pelo qual os licenciados no exterior não poderão sair do território nacional sem o prévio pagamento ou o depósito judicial de fiança a questão Incluído pela Lei no 13281 de 2016 Vigência SS 2o Os veículos que saírem do território nacional para circulação no exterior deverão ser licenciados no exterior pelo órgão de trânsito de origem Redação dada pela Lei no 14599 de 2023 SS 1o Os órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão ter em sua pintura nas portas do nome sigla ou logotipo do órgão ou entidade em cujo nome o veículo será registrado e o Certificado de Registro de Veículo CRV em meio físico e ou digital a escolha do proprietário de acordo com o disposto no art 98 da Lei no 9503 de 1997 Vigência14112023 1354 L9503Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503/compilado.htm 3292 Art 116 Os veículos de propriedade da União e dos Estados e do Distrito Federal e serão vinculadas ao órgão de segurança pública solicitante fornecido pelo Ministério das Relações Exteriores quando se tratar de veículo importado por membro de missão diplomática II o proprietário mudar o Município de domicílio ou residência III for alterada qualquer característica do veículo IV o veículo for alterado de trinta dias sendo que nos demais casos as providências deverão ser imediatas SS 2o No caso de transferência de propriedade de veículo de trânsito interno SS 3o A expedição do novo certificado será comunicada ao órgão executivo de trânsito que expediu o anterior IV comprovante de transferência de propriedade quando for o caso conforme modelo e normas estabelecidas pelo órgão de trânsito adaptados ou montados no veículo quando houver alteração das características originais de fábrica VI autorização de veículo expedida no Município do registro anterior que poderá ser substituída por informação do RENAVAM VII comprovante relativo ao cumprimento do disposto no art 98 quando houver alteração nas características do veículo VIII Os veículos cuja transferência de propriedade seja resultado de apreensão ou de confisco por decisão judicial deverão ser cobrados do proprietário anterior Redação dada pela Lei no 14440 de 202214112023 1354 L9503Compilado de veículo nacional II pelo órgão alfandegário no caso de veículo importado por pessoa física III pelo importador no caso de veículo importado seja o veículo registrado Art 126 O proprietário de veículo irrecuperável ou destinado a desmontagem deverá comunicar ao órgão de trânsito de 2014 Vigência SS 1o A obrigação de que trata este artigo e da companhia seguradora ou do adquirente do veículo, quando vinculadas ao veículo não impede a baixa do registro Incluído pela Lei no 14440 de 2022 Art 127 O órgão executivo de trânsito deverá ao RENAVAM Art 128 Não será expedido novo Certificado de Registro de Veículo enquanto houver débitos relativos ao veículo em questão

dos veículos de tração animal obedecerão a regulamentação estabelecida em legislação municipal do domicílio do proprietário. O registro e o licenciamento serão executados sem onus pelo Ministério da Agricultura e Pecuária diretamente ou mediante convenio Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020, com as alterações posteriores. § 1º Os executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal em observância ao disposto no § 1º do art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro, a partir de 1º de janeiro de 2021, serão regidos pela Lei nº 14.071, de 2020. Vigência Parágrafo único O registro previsto no caput deste artigo será executado pelo órgão de trânsito do Estado ou do Distrito Federal onde estiver registrado o veículo. Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023. § 1º O disposto neste artigo não se aplica aos veículos de transporte coletivo. O Certificado de Licenciamento Anual será expedido ao veículo licenciado vinculado ao Certificado de Registro. O primeiro licenciamento será feito simultaneamente ao registro. 14112023 1354 L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2023/lei_14599.htm O proprietário do veículo o proprietário deverá comprovar sua aprovação nas inspeções de segurança veicular e de controle de qualidade realizadas pelo órgão de trânsito no prazo de 1 (um) ano contado da data de sua comunicação, de acordo com o disposto no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro, de outubro de 2019 e não atendidas no prazo de 1 (um) ano contado da data de sua comunicação, de acordo com o disposto no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro. O Certificado de Licenciamento Anual o veículo somente será licenciado mediante comprovação do atendimento das condições de segurança veicular e de controle de qualidade, de acordo com o disposto no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro, de chamamento de consumidores para substituição ou reparo de veículos realizadas antes da data prevista no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro, de acordo com o disposto no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro, da necessidade de escalonamento para o atendimento ao chamamento dos consumidores avaliadas as que foram realizadas antes da data prevista no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro, de acordo com o disposto no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro. Município de destino § 1º O disposto neste artigo aplicase igualmente aos veículos importados durante o período de validade do Certificado de Licenciamento Anual. Parágrafo único O porte será dispensado quando o veículo for utilizado para transporte de passageiros. E obrigatório o porte do Certificado de Licenciamento Anual. Parágrafo único O porte será dispensado quando o veículo for utilizado para transporte de passageiros. de propriedade expirado o prazo previsto no § 1º do art. 123 deste Código sem que o novo proprietário tenha realizado o registro no prazo de 60 (sessenta) dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade no prazo de 60 (sessenta) dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade no prazo de 60 (sessenta) dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade no prazo de 60 (sessenta) dias. O comprovante de transferência de propriedade de que trata o caput deste artigo poderá ser substituído por qualquer documento que comprove a transferência de propriedade. O registro ao licenciamento e ao emplacamento para circulação nas vias. Incluído pela Lei nº 14.071, de 2020. Vigência. Os veículos de transporte coletivo deverão estar devidamente autorizados pelo poder público concedente. CAPÍTULO XIII DA CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. Art. 1361. O registro como veículo de passageiros. II inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança. ESCOLAR em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas serão substituídas pela cor vermelha. VI cintos de segurança em número igual à lotação máxima permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida para o veículo. ADO IV não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos 12 (doze) últimos meses. Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020. Vigência. As exigências previstas em seus regulamentos para o transporte de escolares. CAPÍTULO XIII DA CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. Art. 1361. O registro como veículo de passageiros. II inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança. Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009. Art. 139B. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal ou estadual de aplicação das penalidades previstas no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro para conduzir veículo automotor, será apurada por meio de exames que deverão ser realizados no órgão ou no município de origem do condutor. Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023. I ser penalmente imputável II saber ler e escrever III possuir a documentação necessária para conduzir veículos automotores e a autorização para conduzir ciclomoteres serão regulamentados pelo Conselho Nacional de Trânsito. obtida em outro país, esta subordinada às condições estabelecidas em convenções e acordos internacionais. carro lateral II Categoria B condutor de veículo motorizado não abrangido pela categoria A cujo peso bruto total não exceda 3.500 kg. Art. 1361. O registro como veículo de passageiros. II inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança. Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009. Art. 139B. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal ou estadual de aplicação das penalidades previstas no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro para conduzir veículo automotor, será apurada por meio de exames que deverão ser realizados no órgão ou no município de origem do condutor. Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023. I ser penalmente imputável II saber ler e escrever III possuir a documentação necessária para conduzir veículos automotores e a autorização para conduzir ciclomoteres serão regulamentados pelo Conselho Nacional de Trânsito. obtida em outro país, esta subordinada às condições estabelecidas em convenções e acordos internacionais. carro lateral II Categoria B condutor de veículo motorizado não abrangido pela categoria A cujo peso bruto total não exceda 3.500 kg. Art. 1361. O registro como veículo de passageiros. II inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança. Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009. Art. 139B. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal ou estadual de aplicação das penalidades previstas no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro para conduzir veículo automotor, será apurada por meio de exames que deverão ser realizados no órgão ou no município de origem do condutor. Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023. I ser penalmente imputável II saber ler e escrever III possuir a documentação necessária para conduzir veículos automotores e a autorização para conduzir ciclomoteres serão regulamentados pelo Conselho Nacional de Trânsito. obtida em outro país, esta subordinada às condições estabelecidas em convenções e acordos internacionais. carro lateral II Categoria B condutor de veículo motorizado não abrangido pela categoria A cujo peso bruto total não exceda 3.500 kg. Art. 1361. O registro como veículo de passageiros. II inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança. Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009. Art. 139B. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal ou estadual de aplicação das penalidades previstas no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro para conduzir veículo automotor, será apurada por meio de exames que deverão ser realizados no órgão ou no município de origem do condutor. Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023. I ser penalmente imputável II saber ler e escrever III possuir a documentação necessária para conduzir veículos automotores e a autorização para conduzir ciclomoteres serão regulamentados pelo Conselho Nacional de Trânsito. obtida em outro país, esta subordinada às condições estabelecidas em convenções e acordos internacionais. carro lateral II Categoria B condutor de veículo motorizado não abrangido pela categoria A cujo peso bruto total não exceda 3.500 kg. Art. 1361. O registro como veículo de passageiros. II inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança. Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009. Art. 139B. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal ou estadual de aplicação das penalidades previstas no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro para conduzir veículo automotor, será apurada por meio de exames que deverão ser realizados no órgão ou no município de origem do condutor. Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023. I ser penalmente imputável II saber ler e escrever III possuir a documentação necessária para conduzir veículos automotores e a autorização para conduzir ciclomoteres serão regulamentados pelo Conselho Nacional de Trânsito. obtida em outro país, esta subordinada às condições estabelecidas em convenções e acordos internacionais. carro lateral II Categoria B condutor de veículo motorizado não abrangido pela categoria A cujo peso bruto total não exceda 3.500 kg. Art. 1361. O registro como veículo de passageiros. II inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança. Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009. Art. 139B. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal ou estadual de aplicação das penalidades previstas no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro para conduzir veículo automotor, será apurada por meio de exames que deverão ser realizados no órgão ou no município de origem do condutor. Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023. I ser penalmente imputável II saber ler e escrever III possuir a documentação necessária para conduzir veículos automotores e a autorização para conduzir ciclomoteres serão regulamentados pelo Conselho Nacional de Trânsito. obtida em outro país, esta subordinada às condições estabelecidas em convenções e acordos internacionais. carro lateral II Categoria B condutor de veículo motorizado não abrangido pela categoria A cujo peso bruto total não exceda 3.500 kg. Art. 1361. O registro como veículo de passageiros. II inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança. Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009. Art. 139B. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal ou estadual de aplicação das penalidades previstas no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro para conduzir veículo automotor, será apurada por meio de exames que deverão ser realizados no órgão ou no município de origem do condutor. Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023. I ser penalmente imputável II saber ler e escrever III possuir a documentação necessária para conduzir veículos automotores e a autorização para conduzir ciclomoteres serão regulamentados pelo Conselho Nacional de Trânsito. obtida em outro país, esta subordinada às condições estabelecidas em convenções e acordos internacionais. carro lateral II Categoria B condutor de veículo motorizado não abrangido pela categoria A cujo peso bruto total não exceda 3.500 kg. Art. 1361. O registro como veículo de passageiros. II inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança. Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009. Art. 139B. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal ou estadual de aplicação das penalidades previstas no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro para conduzir veículo automotor, será apurada por meio de exames que deverão ser realizados no órgão ou no município de origem do condutor. Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023. I ser penalmente imputável II saber ler e escrever III possuir a documentação necessária para conduzir veículos automotores e a autorização para conduzir ciclomoteres serão regulamentados pelo Conselho Nacional de Trânsito. obtida em outro país, esta subordinada às condições estabelecidas em convenções e acordos internacionais. carro lateral II Categoria B condutor de veículo motorizado não abrangido pela categoria A cujo peso bruto total não exceda 3.500 kg. Art. 1361. O registro como veículo de passageiros. II inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança. Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009. Art. 139B. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal ou estadual de aplicação das penalidades previstas no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro para conduzir veículo automotor, será apurada por meio de exames que deverão ser realizados no órgão ou no município de origem do condutor. Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023. I ser penalmente imputável II saber ler e escrever III possuir a documentação necessária para conduzir veículos automotores e a autorização para conduzir ciclomoteres serão regulamentados pelo Conselho Nacional de Trânsito. obtida em outro país, esta subordinada às condições estabelecidas em convenções e acordos internacionais. carro lateral II Categoria B condutor de veículo motorizado não abrangido pela categoria A cujo peso bruto total não exceda 3.500 kg. Art. 1361. O registro como veículo de passageiros. II inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança. Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009. Art. 139B. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal ou estadual de aplicação das penalidades previstas no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro para conduzir veículo automotor, será apurada por meio de exames que deverão ser realizados no órgão ou no município de origem do condutor. Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023. I ser penalmente imputável II saber ler e escrever III possuir a documentação necessária para conduzir veículos automotores e a autorização para conduzir ciclomoteres serão regulamentados pelo Conselho Nacional de Trânsito. obtida em outro país, esta subordinada às condições estabelecidas em convenções e acordos internacionais. carro lateral II Categoria B condutor de veículo motorizado não abrangido pela categoria A cujo peso bruto total não exceda 3.500 kg. Art. 1361. O registro como veículo de passageiros. II inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança. Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009. Art. 139B. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal ou estadual de aplicação das penalidades previstas no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro para conduzir veículo automotor, será apurada por meio de exames que deverão ser realizados no órgão ou no município de origem do condutor. Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023. I ser penalmente imputável II saber ler e escrever III possuir a documentação necessária para conduzir veículos automotores e a autorização para conduzir ciclomoteres serão regulamentados pelo Conselho Nacional de Trânsito. obtida em outro país, esta subordinada às condições estabelecidas em convenções e acordos internacionais. carro lateral II Categoria B condutor de veículo motorizado não abrangido pela categoria A cujo peso bruto total não exceda 3.500 kg. Art. 1361. O registro como veículo de passageiros. II inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança. Incluído pela Lei nº 12.009, de 2009. Art. 139B. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal ou estadual de aplicação das penalidades previstas no art. 1361 do Código de Trânsito Brasileiro para conduzir veículo automotor, será apurada por meio de exames que deverão ser realizados no órgão ou no município de origem do condutor. Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023. I ser penalmente imputável II saber ler e escrever III possuir a documentação necessária para conduzir veículos automotores e a autorização para conduzir ciclomoteres serão regulamentados pelo Conselho Nacional de Trânsito. obtida em outro país, esta subordinada às condições estabelecidas em convenções e acordos internacionais. carro lateral II Categoria B condutor de veículo motorizado não abrangido pela categoria A cujo peso bruto total não exceda 3.500 kg. Art. 1361. O registro como veículo de passageiros. II inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança. Incluído pela Lei nº 12

veículo motorizado utilizado em transporte de carga cujo peso bruto total exceda a 3500 kg três mil e quinhentos e setenta e oito lugares excluído o do motorista Redação dada pela Lei nº 14440 de 2022 V Categoria E III o veículo não tenha 6000 kg seis mil quilogramas ou mais de peso bruto total ou cuja lotação exceda a 8 oito lugares excluído o do motorista e não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos 12 doze meses Redação dada pela Lei nº 14440 de 2022 V Categoria E III o veículo não exceda a 6000 kg seis mil quilogramas ou cuja lotação não exceda a 8 oito lugares excluído o do motorista e não tenha capacidade de tração ou do peso bruto total Renumerado pela Lei nº 12452 de 2011 1º SS 4º Respeitada a capacidade de tração e cuja unidade acoplada reboque semirreboque trailer ou articulada tenha menos de 6000 kg seis mil quilogramas ou o equipamento automotor destinado a movimentação de cargas ou execução de trabalho agrícola de terra e trabalhos agrícolas poderão ser conduzidos em via pública também por condutor habilitado na categoria B I e II desde que devesse preencher os seguintes requisitos 14112023 1354 L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023/2023_013/20230130_0001.htm 1º Um ano na categoria C quando pretender habilitar-se na categoria E III não ter cometido mais de uma infração gravíssima de risco nos termos da normatização do CONTRAN Parágrafo único A participação em curso especializado em direção defensiva e de proteção ao meio ambiente disposto no art. 145 para conduzir ambulâncias o candidato deverá comprovar treinamento especializado e em direção defensiva e de proteção ao meio ambiente exigidos para habilitação na categoria pretendida Art. 147 O candidato a habilitação deverá submeter-se a exame de habilitação de especialista em medicina do tráfego e em psicologia do trânsito conferida pelo respectivo conselho de trânsito e de trânsito escrito sobre legislação de trânsito IV de noções de primeiros socorros conforme regulamentação do CONTRAN Parágrafo único pela Lei nº 9602 de 1998 SS 2º O exame de aptidão física e mental a ser realizado no local de habilitação para condutores com idade inferior a 50 cinquenta anos Incluído pela Lei nº 14071 de 2020 Vigência II a cada 3 três anos para condutores com idade igual ou superior a 70 setenta anos Incluído pela Lei nº 14071 de 2020 Vigência II veículo incluindo-se esta avaliação para os demais candidatos apenas no exame referente a primeira habilitação nos incisos I II e III do SS 2º deste artigo poderão ser diminuídos por proposta do perito examinador Redação dada pela Lei nº 14071 de 2020 Vigência II de Habilitação conforme especificações do Conselho Nacional de Trânsito Contran Incluído pela Lei nº 10304 de 2001 Vigência II subsidiarão a fiscalização prevista no SS 7º deste artigo Incluído pela Lei nº 14071 de 2020 Vigência II SS 7º Os responsáveis pelos exames de aptidão física e mental e pela avaliação psicológica no mínimo 1 uma vez por ano deverão cumprir as etapas do processo de habilitação Incluído pela Lei nº 13146 de 2015 Vigência II SS 1º O material didático será disponibilizado em Libras Incluído pela Lei nº 13146 de 2015 Vigência II SS 2º E assegurado também ao candidato com deficiência o processo de habilitação SS 5º O Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN poderá dispensar os tripulantes de veículos de transporte coletivo 1998 Art. 148A Os condutores das categorias C D e E deverão comprovar resultado negativo em exame toxicológico de urina trata este artigo buscará aferir o consumo de substâncias psicoativas que comprovadamente comprometam a segurança no trânsito previsto no caput deste artigo os condutores das categorias C D e E com idade inferior a 70 setenta anos serão dispensados da validade dos demais exames de que trata o inciso I do caput do art. 147 deste Código Redação dada pela Lei nº 14071 de 2020 Vigência II sem efeito suspensivo no caso de resultado positivo para os exames de que trata este artigo nos termos da Lei nº 14599 de 2023 I VETADO e Incluído pela Lei nº 14599 de 2023 14112023 1354 L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023/2023_013/20230130_0001.htm

outras penalidades ainda que acessórias Incluído pela Lei no 14599 de 2023 SS 6o O resulta do do exame CLT aprovada pelo DecretoLei no 5452 de 1o de maio de 1943 Incluído pela Lei no 13103 de 2015 Vigencia entes publicos Redacao dada pela Lei no 14440 de 2022 I fixar precos para os exames Incluído pela Lei no 2015 Vigencia III estabelecer regras de exclusividade territorial Incluído pela Lei no 13103 de 2015 Vigencia ou de renovar a Carteira Nacional de Habilitacao ate que seja realizado o exame com resultado negativo e a deste artigo e nos arts 165B e 165D desteCodigo conforme a irregularidade verificada Incluído pela Lei no o vencimento do prazo para a realizacao do exame com 30 trinta dias de antecedencia bem como as penali curso de direcao defensiva e primeiros socorros devera a eles ser submetido conforme normatizacao do CC pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia Art 152 O exame de direcao veicular sera realizado perante comissao i pelo menos um membro devera ser habilitado na categoria igual ou superior a pretendida pelo candidato SS suas corporacoes serao dispensados para a concessao do documento de habilitacao dos exames aos quais militar interessado na dispensa de que trata o SS 2o instrua seu requerimento com oficio do comand ante copia das atas dos exames prestados Redacao dada pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia SS 4o VET ADO penalidades aplicadas aos instrutores e examinadores serao de advertencia suspensao e cancelamento da da carrocaria a meia altura com a inscricao AUTOESCOLA na cor preta Paragrafo unico No veiculo eventual na cor preta Art 155 A formacao de condutor de veiculo automotor sera realizada por instrutor autorizado pe aprendizagem de acordo com a regulamentacao do CONTRAN apos aprovacao nos exames de aptidao fisi de condutores e as exigencias necessarias para o exercicio das atividades de instrutor e examinador Art 15 e do instrutor o veiculo utilizado na aprendizagem podera conduzir apenas mais um acompanhante Renum as especificacoes do Contran atendidos os requisitos estabelecidos nesteCodigo contera fotografia iden obrigatorio o porte da Permissao para Dirigir ou da Carteira Nacional de Habilitacao quando o condutor estiv Incluído pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia SS 2o VET ADO SS 3o A emissao de nova via da Carteira Na de veiculo quando apresentada em original SS 6o A identificacao da Carteira Nacional de Habilitacao exped de Habilitacao ou a emissao de uma nova via somente sera realizada apos quitacao de debitos constantes no 9602 de 1998 SS 11 Revogado Redacao dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia14112023 1354 L950 da Carteira Nacional de Habilitacao a todos os condutores cadastrados no Renach com endereco na respec com as normas estabelecidas pelo CONTRAN independentemente do reconhecimento da prescricao em fa Redacao dada pela Lei no 14599 de 2023 SS 2o No caso do paragrafo anterior a autoridade executiva esta preceito desteCodigo ou da legislacao complementar e o infrator sujeitase as penalidades e as medidas ad 14071 de 2020 Vigencia Art 162 Dirigir veiculo I sem possuir Carteira Nacional de Habilitacao Permissao pa pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia Medida administrativa retencao do veiculo ate a apresentacao de cond pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia Infracao gravissima Redacao dada pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia Lei no 13281 de 2016 Vigencia III com Carteira Nacional de Habilitacao ou Permissao para Dirigir de catego dada pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia Medida administrativa retencao do veiculo ate a apresentacao de de 2022 Infracao gravissima Redacao dada pela Lei no 14440 de 2022 Penalidade multa Redacao dada pe de visao aparelho auxiliar de audicao de protese fisica ou as adaptacoes do veiculo impostas por ocasiao d

especializados ou especificos obrigatorios Incluido dada pela Lei no 14440 de 2022 Infracao gravissima Incluido do veiculo a pessoa nas condicoes previstas no artigo anterior Infracao as mesmas previstas no artigo anterior do veiculo automotor e passe a conduzi-lo na via Infracao as mesmas previstas nos incisos do art 162 Penalidade multa que determine dependencia Redacao dada pela Lei no 1 1705 de 2008 Infracao gravissima Redacao dada pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia de habilitacao e retencao do veiculo observado o disposto no SS 4o do art 270 da Lei no 9503 de 23 de setembro de 2016 de reincidencia no periodo de ate 12 doze meses Redacao dada pela Lei no 12760 de 2012 Art 165A Recusacao de habilitacao no 13281 de 2016 Vigencia Infracao gravissima Incluido pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia Penalidade multa de multa disposto no SS 4o do art 270 Incluido pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia Paragrafo unico Aplicase em dobro a multa Dirigir veiculo sem realizar o exame toxicologico previsto no art 148A desteCodigo Redacao dada pela Lei no 14599 de 2023 multa dez vezes e suspensao do direito de dirigir Redacao dada pela Lei no 14599 de 2023 Producao de efeitos Art 165C de 14599 de 2023 Producao de efeitos Penalidade multa cinco vezes e em caso de reincidencia no periodo de ate 12 doze meses no SS 2o do art 148A desteCodigo apos 30 trinta dias do vencimento do prazo estabelecido Incluido pela Lei no 14599 de 2023 Producao de efeitos Paragrafo unico A competencia para aplicacao da penalidade de que trata este artigo s e de veiculo a pessoa que mesmo habilitada por seu estado fisico ou psiquico nao estiver em condicoes de dirigir o veiculo ate colocacao do cinto pelo infrator Art 168 Transportar crianas em veiculo automotor sem observancia da seguranca Infracao leve Penalidade multa Art 170 Dirigir ameaçando os pedestres que estejam atravessando a via publica o veiculo para arremessar sobre os pedestres ou veiculos agua ou detritos Infracao media Penalidade multa dez vezes suspensao do direito de dirigir e apreensao do veiculo Redacao dada pela Lei no 12971 de 2014 Vigencia de 12 doze meses da infracao anterior Incluido pela Lei no 12971 de 2014 Vigencia Art 174 Promover na via publica qualquer ato de pericia IV de adotar providencias para remover o veiculo do local quando determinadas por policial ou agente de trafego suspensao do direito de dirigir Medida administrativa recolhimento do documento de habilitacao Art 177 Deixar o veiculo envolvido em sinistro sem vitima de adotar providencias para remover o veiculo do local quando necessarias para a via publica salvo nos casos de impedimento absoluto de sua remocao e em que o veiculo esteja devidamente sinalizado 180 Ter seu veiculo imobilizado na via por falta de combustivel Infracao media Penalidade multa Medida administrativa recolhimento do documento de habilitacao II afastado da guia da calçada meio-fio de cinquenta centímetros a um metro Infracao leve Penalidade multa Medida administrativa recolhimento com as posicoes estabelecidas nesteCodigo Infracao media Penalidade multa Medida administrativa recolhimento do documento de habilitacao incendio registro de agua ou tampas de bocas de visita de galerias subterraneas desde que devidamente sinalizadas ou sobre faixa destinada a pedestre sobre ciclovia ou ciclofaixa bem como nas ilhas refugio ao lado ou sobre faixa destinada a entrada ou saida de veiculos Infracao media Penalidade multa Medida administrativa recolhimento do documento de habilitacao administrativa remocao do veiculo XII na area de cruzamento de vias prejudicando a circulacao de veiculos

intervalo compreendido entre dez metros antes e depois do marco do ponto Infracao media Penalidade multa
nao estando devidamente freado e sem calco de seguranca quando se tratar de veiculo com peso bruto tota
dada pela Lei no 13146 de 2015 Vigencia Penalidade multa Medida administrativa remocao do veiculo XVII
Parar e Estacionar Infracao grave14112023 1354 L9503Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503/compilado.htm
Penalidade multa Incluido pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia Medida administrativa remocao do veiculo In
XVI e proibido abandonar o calco de seguranca na via Art 182 Parar o veiculo I nas esquinas e a menos de
Penalidade multa III afastado da guia da calçada meio fio a mais de um metro Infracao media Penalidade multa
de acostamento Infracao grave Penalidade multa VI no passeio ou sobre faixa destinada a pedestres nas ilh
Penalidade multa VIII nos viadutos pontes e tuneis Infracao media14112023 1354 L9503Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503/compilado.htm
14071 de 2020 Vigencia Infracao grave Incluido pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia Penalidade multa Inclu
na faixa ou pista da direita regulamentada como de circulacao exclusiva para determinado tipo de veiculo ex
multa III na faixa ou via de transito exclusivo regulamentada com circulacao destinada aos veiculos de trans
Penalidade multa e apreensao do veiculo Incluido pela Lei no 13154 de 2015 Medida Administrativa remocao
emergencia II nas faixas da direita os veiculos lentos e de maior porte Infracao media Penalidade multa Art
sentido contrario14112023 1354 L9503Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503/compilado.htm 5
multa II Revogado pela Lei no 9602 de 1998 Art 188 Transitar ao lado de outro veiculo interrompendo ou pe
transito e as ambulancias quando em servico de urgencia e devidamente identificados por dispositivos regu
dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminacao intermitente Redacao dada pela Lei no 14440 d
e suspensao do direito de dirigir Redacao dada pela Lei no 12971 de 2014 Vigencia Paragrafo unico Aplicac
de guardar distancia de seguranca lateral e frontal entre o seu veiculo e os demais bem como em relacao a
passeios passarelas ciclovias ciclofaixas ilhas refugios ajardinamentos canteiros centrais e divisores de pista
a nao causar riscos a seguranca Infracao grave Penalidade multa Art 195 Desobedecer as ordens emanadas
da marcha a realizacao da manobra de parar o veiculo a mudanca de direcao ou de faixa de circulacao Infrac
manobrar para um desses lados Infracao media Penalidade multa Art 198 Deixar de dar passagem pela esc
Penalidade multa Art 200 Ultrapassar pela direita veiculo de transporte coletivo ou de escolares parado para
ou ultrapassar bicicleta Infracao media Penalidade multa Art 202 Ultrapassar outro veiculo I pelo acostamen
Art 203 Ultrapassar pela contramão outro veiculo I nas curvas acíves e declives sem visibilidade suficiente
longitudinal de divisao de fluxos opostos do tipo linha dupla continua ou simples continua amarela Infracao g
caso de reincidencia no periodo de ate 12 doze meses da infracao anterior Incluido pela Lei no 12971 de 20
operacao de retorno Infracao grave Penalidade multa Art 205 Ultrapassar veiculo em movimento que integre
curvas acíves declives pontes viadutos e tuneis III passando por cima de calçada passeio ilhas ajardinamen
livre circulacao ou da seguranca ainda que em locais permitidos Infracao gravissima Penalidade multa Art 2
sinalizacao que permita a livre conversao a direita prevista no art 44A deste Codigo Redacao dada pela Lei
areas destinadas a pesagem de veiculos Redacao dada pela Lei no 14157 de 2021 Infracao grave Penalida
Infracao grave Penalidade multa Art 210 Transpor sem autorizacao bloqueio viario policial Infracao gravissim
viario parcial ou qualquer outro obstaculo com execucao dos veiculos nao motorizados Infracao grave Penali

veículo sempre que a respectiva marcha for interceptada I por agrupamento de pessoas como prestitos pass
veículo não motorizado I que se encontre na faixa a ele destinada II que não haja concluído a travessia mes
sinalização a ele destinada V que esteja atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo Infrac
veículo que vier da direita II nas interseções com sinalização de regulamentação de De a Preferência Infrac
media Penalidade multa Art 217 Entrar ou sair de fila de veículos estacionados sem dar preferência de pass
de trânsito rápido vias arteriais e demais vias Redação dada pela Lei no 11334 de 2006 Vide ADI no 3951
1334 de 2006 Penalidade multa Redação dada pela Lei no 1 1334 de 2006 II quando a velocidade for super
1 1334 de 2006 Penalidade multa Redação dada pela Lei no 1 1334 de 2006 III quando a velocidade for sup
vezes e suspensão do direito de dirigir Redação dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigência Art 219 Transitar
permitam salvo se estiver na faixa da direita Infracção media Penalidade multa Art 220 Deixar de reduzir a ve
locais onde o trânsito esteja sendo controlado pelo agente da autoridade de trânsito mediante sinais sonoro
nos trechos em curva de pequeno raio VII ao aproximar-se de locais sinalizados com advertência de obras o
pista XII em declive Infracção grave Incluído pela Lei no 14071 de 2020 Vigência Penalidade multa Incluído p
XIV nas proximidades de escolas hospitais estações de embarque e desembarque de passageiros ou onde
veículo para regularização e apreensão das placas irregulares Parágrafo único Incide na mesma penalidade
dos veículos de polícia de socorro de incêndio e salvamento de fiscalização de trânsito e das ambulâncias a
a visão de outro condutor 14112023 1354 L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503/compila
a prevenir os demais condutores e a noite não manter acesas as luzes externas ou omitir-se quanto a provid
puder ser retirada imediatamente Infracção grave Penalidade multa Art 226 Deixar de retirar todo e qualquer
condutores de outros veículos II prolongada e sucessivamente a qualquer pretexto III entre as vinte e duas c
com som em volume ou frequência que não sejam autorizados pelo CONTRAN Infracção grave Penalidade m
Infracção media Penalidade multa e apreensão do veículo Medida administrativa remoção do veículo Art 230
de carga salvo por motivo de força maior com permissão da autoridade competente e na forma estabelecida
legibilidade e visibilidade Infracção gravíssima Penalidade multa e apreensão do veículo Medida administrativa
desacordo com o estabelecido pelo CONTRAN XI com descarga livre ou silenciador de motor de explosão c
quando houver exigência desse aparelho XV com inscrições adesivos legendas e símbolos de caráter públi
ou pinturas XVII com cortinas ou persianas fechadas não autorizadas pela legislação XVIII em mau estado c
grave Penalidade multa Medida administrativa retenção do veículo para regularização XX sem portar a auto
administrativa remoção do veículo Incluído pela Lei no 13855 de 2019 Vigência XXI de carga com falta de in
desacordo com as condições estabelecidas no art 67C relativamente ao tempo de permanência do condutor
no 13103 de 2015 Vigência Penalidade multa Redação dada pela Lei no 13103 de 2015 Vigência Medida a
o condutor cometeu infração igual nos últimos 12 doze meses será convertida automaticamente a penalidade
ou administrativo da multa Incluído pela Lei no 13103 de 2015 Vigência Art 231 Transitar com o veículo I da
possa acarretar risco de sinistro Redação dada pela Lei no 14599 de 2023 Infracção gravíssima Penalidade m
ou pela sinalização sem autorização Infracção grave Penalidade multa Medida administrativa retenção do ve
peso apurado constante na seguinte tabela a até 600 kg seiscentos quilogramas R 532 cinco reais e trinta

centavos Redacao dada pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia c de 801 oitocentos e um a 1000 kg mil quilogramas R 3192 trinta e um reais e noventa e dois centavos Redacao dada pela Lei n

Redacao dada pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia f acima de 5001 kg cinco mil e um quilogramas R 5320

com a autorizacao especial expedida pela autoridade competente para transitar com dimensoes excedentes

fim salvo casos de forza maior ou com permissao da autoridade competente Infração gravíssima Redação d

ou desengrenado em declive Infração média Penalidade multa Medida administrativa retencao do veiculo X

retencao do veiculo e transbordo de carga excedente Paragrafo unico Sem prejuizo das multas previstas no

apos descarregar o que exceder segundo criterios estabelecidos na referida legislacao complementar Art 23

de trinta dias junto ao orgao executivo de transitto ocorridas as hipoteses previstas no art 123 Infração média

no 14071 de 2020 Vigencia Art 233A VET ADO Incluído pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia Art 234 Falsificac

nas partes externas do veiculo salvo nos casos devidamente autorizados Infração grave Penalidade multa M

especificacoes e com falta de inscricao e simbologia necessarias a sua identificacao quando exigidas pela I

de veiculo e outros exigidos por lei para averiguacao de sua autenticidade Infração gravíssima Penalidade r

do veiculo Medida administrativa remocao do veiculo Art 240 Deixar o responsavel de promover a baixa do

do veiculo ou de habilitacao do condutor Infração leve 14112023 1354 L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023/L14112/2023-03-15/l14112_03.htm

perda total do veiculo e de lhe devolver as respectivas placas e documentos Infração grave Penalidade mul

acordo com as normas e as especificacoes aprovadas pelo Contran Redacao dada pela Lei no 14071 de 2

ou equilibrando-se apenas em uma roda IV revogado Redacao dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia V t

Redacao dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia Penalidade multa e suspensao do direito de dirigir Reda

outro veiculo VII sem segurar o guidom com ambas as maos salvo eventualmente para indicacao de manob

de mercadorias em desacordo com o previsto no art 139A desta Lei ou com as normas que regem a ativida

apreensao do veiculo para regularizacao Incluído pela Lei no 12009 de 2009 X com a utilizacao de capacete

passageiro com o capacete de segurança utilizado na forma prevista no inciso X do caput deste artigo Inclu

ate regularizacao Incluído pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia 14112023 1354 L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023/L14112/2023-03-15/l14112_03.htm

e ele destinado b transitar em vias de transitto rapido ou rodovias salvo onde houver acostamento ou faixas de

Penalidade multa SS 3o A restricao imposta pelo inciso VI do caput deste artigo nao se aplica as motociclet

de mercadorias materiais ou equipamentos sem autorizacao do orgao ou entidade de transitto com circunscriç

sinalizar qualquer obstaculo a livre circulacao a segurancia de veiculo e pedestres tanto no leito da via terres

sera aplicada a pessoa fisica ou juridica responsavel pela obstrucao devendo a autoridade com circunscrica

tração ou propulsão humana e os de tração animal sempre que não houver acostamento ou faixa a eles dest

para o transbordo Art 249 Deixar de manter acesas a noite as luzes de posicao quando o veiculo estiver pa

I deixar de manter acesa a luz baixa a durante a noite b de dia em tuneis e sob chuva neblina ou cerracao F

a eles destinadas Redacao dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia d de dia no caso de motocicletas mot

desprovidos de luzes de rodagem diurna Incluído pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia II revogado Redacao

de escolares de manter a porta fechada Incluído pela Lei no 14440 de 2022 Infração gravíssima Incluído pel

as luzes do veiculo I o pisca-alerta exceto em imobilizacoes ou situacoes de emergencia II baixa e alta de fo

como advertencia utilizando pisca-alerta e quando a sinalizacao de regulamentacao da via determinar o uso
com incapacidade fisica ou mental temporaria que comprometa a seguranca do transito IV usando calçado
e acessorios do veiculo VI utilizando-se de fones nos ouvidos conectados a aparelhagem sonora ou de telefone
13154 de 2015 Penalidade multa Incluido pela Lei no 13154 de 2015 Paragrafo unico A hipotese prevista no
Infração gravissima Penalidade multa e apreensão do veiculo Medida administrativa remoção do veiculo Art
Incluido pela Lei no 13281 de 2016 Penalidade multa vinte vezes e suspensão do direito de dirigir por 12 de
a vezes aos organizadores da conduta prevista no caput Incluido pela Lei no 13281 de 2016 SS 2o Aplicase
ou juridicas que incorram na infração devendo a autoridade com circunscrição sobre a via restabelecer de im
para cruzamentos onde for permitido II cruzar pistas de rolamento nos viadutos pontes ou túneis salvo onde exist
de qualquer folguedo esporte desfiles e similares salvo em casos especiais e com a devida licença da autori
de natureza leve VII VET ADO Incluido pela Lei no 13281 de 2016 SS 1o VET ADO Incluido pela Lei no 13
L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503/compilado.htm 6592 Art 255 Conduzir bicicleta em
PENALIDADES Art 256 A autoridade de transito na esfera das competencias estabelecidas nesteCodigo e
cassação da Carteira Nacional de Habilitação VI cassação da Permissão para Dirigir VII frequência obrigató
3o A imposição da penalidade será comunicada aos orgaos ou entidades executivos de transito responsave
a pessoas fisicas ou juridicas expressamente mencionados nesteCodigo SS 1o Aos proprietarios e conduto
comum que lhes for atribuida SS 2o Ao proprietario caberá sempre a responsabilidade pela infração referen
esta for exigida e outras disposicoes que deva observar SS 3o Ao condutor caberá a responsabilidade pela
quando simultaneamente for o unico remetente da carga e o peso declarado na nota fiscal fatura ou manifes
um embarcador ultrapassar o peso bruto total SS 6o O transportador e o embarcador são solidariamente re
do infrator o principal condutor ou o proprietario do veiculo terá o prazo de 30 trinta dias contado da notifica
ausência o proprietario do veiculo Redação dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigência 14112023 1354 L9503
proprietario do veiculo mantida a originada pela infração cujo valor será igual a 2 duas vezes o da multa orig
O fato de o infrator ser pessoa juridica não o exime do disposto no SS 3o do art 258 e no art 259 SS 10 O p
campo proprio do cadastro do veiculo no Renavam Incluido pela Lei no 13495 2017 Vigência SS 11 O princ
proprio ou do proprietario do veiculo Incluido pela Lei no 13495 2017 Vigência III a partir da indicação de ou
gravissima punida com multa no valor de R 29347 duzentos e noventa e tres reais e quarenta e sete centav
e tres centavos Redação dada pela Lei no 13281 de 2016 Vigência III infração de natureza media punida c
no valor de R 8838 oitenta e oito reais e trinta e oito centavos Redação dada pela Lei no 13281 de 2016 Vig
e o previsto nesteCodigo SS 3o VET ADO SS 4o VET ADO Art 259 A cada infração cometida são computa
SS 3o VETADO Incluido pela Lei no 12619 de 2012 Vigência SS 4o Ao condutor identificado será atribuida
do serviço de transporte rodoviario de passageiros em viagens de longa distancia transitando em rodovias c
conforme disposto no art 65 desteCodigo Incluido pela Lei no 14071 de 2020 II previstas no art 221 nos inc
Lei no 14071 de 2020 III puniveis de forma especifica com suspensão do direito de dirigir Incluido pela Lei n
com a competencia estabelecida nesteCodigo SS 1o As multas decorrentes de infração cometida em unida
veiculo poderão ser comunicadas ao orgao ou entidade responsavel pelo seu licenciamento que providencia

sua saída do País respeitado o princípio de reciprocidade Art 261 A pena lidade de suspensão do direito de dirigir no período de 12 doze meses a seguinte contagem de pontos Redação dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigência gravíssima na pontuação Incluído pela Lei no 14071 de 2020 Vigência c 40 quarenta pontos caso não constar suspensão do direito de dirigir Incluído pela Lei no 13281 de 2016 Vigência III VETADO Incluído pela Lei no 13281 de 2016 Vigência no caso do inciso I do caput de 6 seis meses a 1 um ano e no caso de reincidência no período de 12 doze meses de 2 dois a 8 oito meses exceto para as infrações com prazo descrito no dispositivo infracional e no caso de reincidência no período de 12 doze meses 2016 Vigência III VETADO Incluído pela Lei no 14304 de 2022 Vigência SS 2o Quando ocorrer a suspensão do direito de dirigir elimina a quantidade de pontos computados prevista no inciso I do caput ou no SS 5o No caso do condutor que exerce atividade remunerada ao veículo a penalidade de suspensão do direito de dirigir das infrações cometidas facultado a ele participar de 14112023 1354 L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2022/14304/2022_14304_01.htm 5o o condutor terá eliminados os pontos que lhe tiverem sido atribuídos para fins de contagem subsequente 14112023 1354 L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2022/14304/2022_14304_01.htm Lei no 13281 de 2016 Vigência SS 8o A pessoa jurídica concessionária ou permissionária de serviço público que cometer infração prevista na Lei no 13154 de 2015 SS 9o Incorrerá na infração prevista no inciso II do art 162 o condutor que notificado de suspensão do direito de dirigir a que se refere o inciso II do caput deste artigo deverá ser instaurado concomitantemente a suspensão do direito de dirigir 14071 de 2020 Vigência SS 11 O Contran regulamentará as disposições deste artigo Incluído pela Lei no 13281 de 2016 Vigência Art 263 A cassação do documento de habilitação dar-se-á I quando suspenso o direito de dirigir II quando suspenso o direito de dirigir 174 e 175 III quando condenado judicialmente por delito de trânsito observado o disposto no art 160 IV VETADO 14112023 1354 L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2022/14304/2022_14304_01.htm Decorridos dois anos da cassação da Carteira Nacional de Habilitação o infrator poderá requerer sua reabilitação do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação serão aplicadas por decisão fundamentada a suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação Deverá ser imposta a penalidade de advertência por escrito a infração de natureza leve ou média passível de suspensão do direito de dirigir dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigência SS 2o Revogado Redação dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigência III quando se envolver em sinistro grave para o qual haja contribuído colocando em risco a segurança do trânsito VI revogado Redação dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigência VII quando suspenso o direito de dirigir pela Lei no 14071 de 2020 Vigência Parte promulgada pelo Congresso Nacional Art 268A Fica criado o Registro Nacional de Condutor Art 259 deste Código nos últimos 12 doze meses conforme regulamentação do Contran Incluído pela Lei no 14071 de 2020 Vigência cadastrado Incluído pela Lei no 14071 de 2020 Vigência SS 3o Após a abertura do cadastro a anotação de suspensão do direito de dirigir de 2020 Vigência I por solicitação do cadastrado Incluído pela Lei no 14071 de 2020 Vigência II quando for suspenso o direito de dirigir de 2020 Vigência IV quando a Carteira Nacional de Habilitação do cadastrado estiver cassada ou com validade vencida 14112023 1354 L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2022/14304/2022_14304_01.htm A consulta ao RNPC é garantida a todos os cidadãos nos termos da regulamentação do Contran Incluído pela Lei no 14071 de 2020 Vigência forma da legislação específica de cada ente da Federação Incluído pela Lei no 14071 de 2020 Vigência CAI 14112023 1354 L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2022/14304/2022_14304_01.htm retenção do veículo II remoção do veículo III recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação 14112023 1354 L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2022/14304/2022_14304_01.htm de dosagem de alcoolemia ou perícia de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica de exames de aptidão física mental de legislação de prática de primeiros socorros e de direção veicular Incluído pela Lei no 14071 de 2020 Vigência a proteção a vida e a incolumidade física da pessoa SS 2o As medidas administrativas previstas neste artigo serão aplicadas ao condutor suspenso do direito de dirigir a Carteira Nacional de Habilitação Incluído pela Lei no 14599 de 2023 II a Permissão para Dirigir e Incluído pela Lei no 14599 de 2023 disposto nos arts 271 e 328 no que couber SS 5o No caso de documentos em meio digital as medidas administrativas serão aplicadas ao condutor suspenso do direito de dirigir a Carteira Nacional de Habilitação Incluído pela Lei no 14599 de 2023

pelo Contran Incluído pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia Art 270 O veículo poderá ser retido nos casos exp
sanar a falha no local da infração o veículo desde que ofereça condições de segurança para circulação dev
regularizar a situação e será considerado notificado para essa finalidade na mesma ocasião Redação dada
regularizado SS 4º Não se apresentando condutor habilitado no local da infração o veículo será removido a
tratar de veículo de transporte coletivo transportando passageiros ou veículo transportando produto perigos
órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal que será retirada após comprova
art 271 Incluído pela Lei no 13160 de 201514112023 1354 L9503Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_0
pagamento de multas, taxas e despesas com remoção e estada, além de outros encargos previstos na legisla
Incluído pela Lei no 13160 de 2015 SS 3º Se o reparo referido no SS 2º demandar providência que não pos
de 2016 SS 4º Os serviços de remoção, depósito e guarda de veículo poderão ser realizados por órgão púb
O proprietário ou o condutor deverá ser notificado no ato de remoção do veículo sobre as providências nec
presente no momento da remoção do veículo a autoridade de trânsito no prazo de 10 (dez) dias, contado da c
a notificação poderá ser feita por edital Redação dada pela Lei no 13281 de 2016 SS 7º A notificação dev
SS 8º Em caso de veículo licenciado no exterior a notificação será feita por edital Incluído pela Lei no 13160
Quando não for possível sanar a irregularidade no local da infração o veículo desde que ofereça condições
será assinalado ao condutor para regularizar a situação o qual será considerado notificado para essa finalid
no inciso VIII do caput do art 231 deste Código Incluído pela Lei no 14229 de 2021 SS 9º C Não efetuada a
Distrito Federal o qual será retirado após comprovada a regularização Incluído pela Lei no 14229 de 2021 S
SS 10 O pagamento das despesas de remoção e estada será correspondente ao período integral contado e
prestados por particulares poderão ser pagos pelo proprietário diretamente ao contratado Incluído pela Lei n
de 2016 SS 13 No caso de o proprietário do veículo objeto do recolhimento comprovar administrativa ou jud
os mesmos critérios da devolução de multas indevidas Incluído pela Lei no 13281 de 201614112023 1354 L
Art 273 O recolhimento do Certificado de Registro dar-se-á mediante recibo, além dos casos previstos neste C
mediante recibo, além dos casos previstos neste Código, quando houver suspeita de inautenticidade ou adul
condição para que o veículo possa prosseguir viagem e será efetuado, às expensas do proprietário do veícu
de remoção e estada Art 276 Qualquer concentração de álcool por litro de sangue ou por litro de ar alveolar
apurada por meio de aparelho de medição observada a legislação metroológica Redação dada pela Lei no 1
que por meios técnicos ou científicos, na forma disciplinada pelo Contran, permita certificar influência de alco
também poderá ser caracterizada mediante imagem, vídeo, constatação de sinais que indiquem, na forma dis
165-A deste Código, ao condutor que se recusar a se submeter a qualquer dos procedimentos previstos no c
moveis será aplicada a penalidade prevista no art 209, além da obrigação de retornar ao ponto de evasão pa
as estabelecidas no art 210 Art 278-A O condutor que se utilize de veículo para a prática do crime de recepta
transitada em julgado, terá cassado seu documento de habilitação ou será proibido de obter a habilitação pa
na forma deste Código Incluído pela Lei no 13804 de 2019 SS 2º No caso do condutor preso em flagrante n
ordem pública como medida cautelar de ofício ou a requerimento do Ministério Público ou ainda mediante re
2019 Art 279 Em caso de sinistro com vítima envolvendo veículo equipado com registrador instantâneo de v

de abandono ou sinistrado podera ser removido para o deposito fixado pelo orgao ou entidade competente

sinistrado sera realizada quando nao houver responsavel por ele no local do sinistro Redacao dada pela Lei

Lei no 14599 de 2023 CAPITULO XVIII DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Secao I Da Autuacao Art 280 O

veiculo sua marca e especie e outros elementos julgados necessarios a sua identificacao IV o prontuario do

do cometimento da infracao SS 1o VET ADO SS 2o A infracao devera ser comprovada por declaracao da a

a autuacao em flagrante o agente de transito relatara o fato a autoridade no proprio auto de infracao informa

para lavrar o auto de infracao podera ser servidor civil estatutario ou celetista ou ainda policial militar design

ou estacionamento relativa aos veiculos destinados a socorro de incendio e salvamento aos de policia aos c

transito na esfera da competencia estabelecida nesteCodigo e dentro de sua circunscricao julgara a consis

L9503Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503/compilado.htm 7492 I se considerado inconsistente

de dirigir e de cassacao do documento de habilitacao sera contado a partir da data da instauracao do proces

devera constar o prazo para apresentacao de defesa previa que nao sera inferior a 30 trinta dias contado da

penalidade e expedida notificacao ao proprietario do veiculo ou ao infrator por remessa postal ou por qualqu

ou por recusa em recebe la sera considerada valida para todos os efeitos Redacao dada pela Lei no 14229

Relacoes Exteriores para as providencias cabiveis e cobranca dos valores no caso de multa SS 3o Sempre

SS 4o Da notificacao devera constar a data do termino do prazo para apresentacao de recurso pelo respon

data estabelecida no paragrafo anterior sera a data para o recolhimento de seu valor Incluido pela Lei no 96

previa de 360 trezentos e sessenta dias contado Redacao dada pela Lei no 14229 de 2021 I no caso das pe

das demais penalidades previstas no art 256 desteCodigo da conclusao do processo administrativo da pen

o prazo sera contado da data do conhecimento da infracao pelo orgao de transito responsavel pela aplicaca

a respectiva penalidade Redacao dada pela Lei no 14229 de 2021 SS 8o VETADO Incluido pela Lei no 143

de notificacao eletronica definido pelo Contran Redacao dada pela Lei no 14440 de 2022 SS 1o O propriet

hipotese de notificacao prevista no caput deste artigo o proprietario ou o condutor autuado sera considerado

sera certificado digitalmente atendidos os requisitos de autenticidade integridade validade juridica e interope

orgao maximo executivo de transito da Uniao Incluido pela Lei no 14440 de 2022 SS 5o Vide Lei no 14440 c

valor SS 1o Caso o infrator declare pelo sistema de notificacao eletronica de que trata o art 282A deste Coc

qualquer fase do processo ate o vencimento do prazo de pagamento da multa desde que a adesao ao siste

administrativo que pode ser realizado a qualquer momento respeitado o disposto no SS 1 o Incluido pela Lei

de julgamento de infracoes e penalidades Incluido pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia SS 4o Encerrada a i

de Custodia Selic para titulos federais acumulada mensalmente calculados a partir do mes subsequente ao

5o O sistema de notificacao eletronica de que trata o art 282A desteCodigo deve disponibilizar na mesma p

2022 SS 6o O desconto previsto no SS 1o deste artigo sera concedido ainda que o orgao responsavel pela

Incluido pela Lei no 14599 de 2023 Art 285 O recurso contra a penalidade imposta nos termos do art 282 de

interposto por parte ilegítima nao tera efeito suspensivo Redacao dada pela Lei no 14229 de 2021 Vigencia

SS 3o Revogado Redacao dada pela Lei no 14229 de 2021 Vigencia SS 4o Na apresentacao de defesa ou

14071 de 2020 Vigencia SS 5o O recurso intempestivo sera arquivado Incluido pela Lei no 14229 de 2021 S

Lei no 14229 de 2021 Vigencia Art 286 O recurso contra a imposicao de multa podera ser interposto no prazo de trinta dias contado da publicacao para recolher o valor da multa e apresentar recurso se julgada improcedente a penalidade serlhea devolvida a imputado para recolhimento junto ao orgao ou entidade de transito da residencia ou domicilio do infrator14112023 1354 L9503Compilad JARI cabe recurso a ser interposto na forma do artigo seguinte no prazo de trinta dias contado da publicacao em boletim de SS 2o Revogado pela Lei no 12249 de 2010 Vide ADIN 2998 Art 289 O recurso de que trata o art 288 deste artigo caberá dentro de 2021 Vigencia I tratandose de penalidade imposta por orgao ou entidade da Uniao por colegiado especial inconstitucional Lei no 14071 de 2020 Vigencia b revogada Redacao dada pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia II tratandose de penalidade imposta Redacao dada pela Lei no 14229 de 2021 Vigencia I quando houver apenas 1 uma Jari o recurso sera julgado pelo Conselho Superior por mais 2 dois Presidentes de Junta na forma estabelecida pelo Contran Incluido pela Lei no 14229 de 2021 Vigencia III Incluido pela Lei no 14229 de 2021 Vigencia Art 290 Implicam encerramento da instancia administrativa de recurso o recurso interposto Vigencia II a nao interposicao do recurso no prazo legal e Incluido pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia III o recurso interposto pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia Paragrafo unico Esgotados os recursos as penalidades aplicadas nos termos do art 288 desta Lei pela Lei no 14229 de 2021 Vigencia CAPITULO XIX DOS CRIMES DE TRANSITO Secao I Disposicoes Gerais Art 287 A infração de diverso bem como a Lei no 9099 de 26 de setembro de 1995 no que couber14112023 1354 L9503Compilad Art 288 Quando se o agente estiver Renumerado do paragrafo unico pela Lei no 1 1705 de 2008 I sob a influencia de alcool ou drogas ou demonstracao de pericia em manobra de veiculo automotor nao autorizada pela autoridade competente ou violacao das hipoteses previstas no SS 1o deste artigo devera ser instaurado inquerito policial para a investigacao da infração e a aplicação do art 59 do DecretoLei no 2848 de 7 de dezembro de 1940 Codigo Penal dando especial atencao a culpabilidade e a necessidade de habilitacao para dirigir veiculo automotor pode ser imposta isolada ou cumulativamente com outras penalidades previstas no art 288 a cinco anos SS 1o Transitada em julgado a sentenca condenatoria o reu sera intimado a entregar a autoridade competente a habilitacao para dirigir veiculo automotor nao se inicia enquanto o sentenciado por efeito de condenacao permanecer preso requerimento do Ministerio Publico ou ainda mediante representacao da autoridade policial decretar em deciso favoravel do Ministerio Publico cabera recurso em sentido estrito sem efeito suspensivo Art 295 A suspensao para dirigir veiculo automotor que o indiciado ou reu for domiciliado ou residente Art 296 Se o reu for reincidente na pratica de crime previsto no art 1 1705 de 2008 Art 297 A penalidade de multa reparatoria consiste no pagamento mediante deposito judicial de quantia equivalente a multa reparatoria A multa reparatoria nao podera ser superior ao valor do prejuizo demonstrado no processo SS 2o Aplicase a multa reparatoria agravam as penalidades dos crimes de transito ter o condutor do veiculo cometido a infracao I com dano patrimonial ou sem possuir Permissao para Dirigir ou Carteira de Habilitacao IV com Permissao para Dirigir ou Carteira de Habilitacao V com equipamentos ou caracteristicas que afetem a sua seguranca ou o seu funcionamento de acordo com os limites estabelecidos no Art 300 VET ADO Art 301 Ao condutor de veiculo nos casos de sinistros de transito que resultem em vitima ou danos materiais em Espécie Art 302 Praticar homicidio culposo na direcao de veiculo automotor Penas detencao de dois a oito anos e multa de 13 um terco a metade se o agente Incluido pela Lei no 12971 de 2014 Vigencia I nao possuir Permissao para Dirigir ou Carteira de 2014 Vigencia III deixar de prestar socorro quando possivel fazelo sem risco pessoal a vitima do sinistro Reintegracao da Permissao pela Lei no 1 1705 de 2008 SS 2o Revogado pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia SS 3o Se o agente conduzir veiculo automotor por cinco a oito anos e suspensao ou proibicao do direito de se obter a permissao ou a habilitacao para dirigir veiculo automotor suspensao ou proibicao de se obter a permissao ou a habilitacao para dirigir veiculo automotor SS 1o Aumentada a pena de

2o A pena privativa de liberdade e de reclusao de dois a cinco anos sem prejuizo das outras penas previstas se do crime resultar lesao corporal de natureza grave ou gravissima Incluido pela Lei no 13546 de 2017 Vigencia publica Redacao dada pela Lei no 14599 de 2023 Penas detencao de seis meses a um ano ou multa se o fato ocorrer ou que se trate de vitima com morte instantanea ou com ferimentos leves Art 305 Afastarse o condutor do veiculo por um ano ou multa Art 306 Conduzir veiculo automotor com capacidade psicomotora alterada em razao da infancia para obter a permissao ou a habilitacao para dirigir veiculo automotor SS 1o As condutas previstas no caput serao punidas com multa por litro de ar alveolar ou Incluido pela Lei no 12760 de 2012 II sinais que indiquem na forma disciplinada pelo Conselho de Exame Clinico pericia video prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos observado o disposto no art 2o tipificado neste artigo Redacao dada pela Lei no 12971 de 2014 Vigencia SS 4o Podera ser empregado qualquer outro meio de prova proibicao de se obter a permissao ou a habilitacao para dirigir veiculo automotor imposta com fundamento no art 2o de entregar no prazo estabelecido no SS 1o do art 293 a Permissao para Dirigir ou a Carteira de Habilitacao para Dirigir nao autorizada pela autoridade competente gerando situacao de risco a incolumidade publica ou privada Redacao dada pela Lei no 12971 de 2014 Vigencia SS 1o Se da pratica do crime previsto no caput resultar lesao corporal de natureza grave ou gravissima a pena de reclusao de 3 tres a 6 seis anos sem prejuizo das outras penas previstas neste artigo Incluido pela Lei no 12760 de 2012 o risco de produzi-lo a pena privativa de liberdade e de reclusao de 5 cinco a 10 dez14112023 1354 L9503C de 2017 para Dirigir ou Habilitacao ou ainda se cassado o direito de dirigir gerando perigo de dano Penas detencao de seis meses a um ano ou multa suspenso ou ainda a quem por seu estado de saude fisica ou mental ou por embriaguez nao esteja em condicoes de dirigir incompativel com a seguranca nas proximidades de escolas hospitais estacoes de embarque e desembarque de passageiros com vitima na pendencia do respectivo procedimento policial preparatorio inquerito policial ou processo penal Art 304 Penas de um ano ou multa Paragrafo unico Aplicase o disposto neste artigo ainda que nao iniciados quando da inovacao do crime juiz aplicar a substituicao de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos esta devera ser de prazo de no maximo 2 anos resgate dos corpos de bombeiros e em outras unidades moveis especializadas no atendimento a vitimas de acidentes de transito 14599 de 2023 III trabalho em clinicas ou instituicoes especializadas na recuperacao de sinistrados de transito Art 303 Penas de crimes previstos no SS 3o do art 302 e no SS 2o do art 303 desteCodigo nao se aplica o disposto no inciso II do art 302 do CAPITULO XX DISPOSICOES FINAIS E TRANSITORIAS Art 313 O Poder Executivo promovera a nomeacao de servidores para a sua melhor execucao bem como para revisar todas as resolucoes anteriores a sua publicacao dando prioridade a sua data de publicacao desteCodigo continuam em vigor naquilo em que nao conflitem com ele Art 315 O Ministerio da Justica e a seguranca e a educacao de transito a fim de atender ao disposto nesteCodigo Redacao dada pela Lei no 13546 de 2017 desta Lei Art 317 Os orgaos e entidades de transito concederao prazo de ate um ano para a adaptacao dos procedimentos para as novas normas pelo CONTRAN continua em vigor o disposto no art 92 do Regulamento doCodigo Nacional de Trânsito e o Indice Nacional de Precos ao Consumidor Amplo IPCA no exercicio anterior Incluido pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia Art 320 A receita arrecadada com a cobranca das multas de transito sera aplicada exclusivamente para a melhoria da rede mundial de computadores internet dados sobre a receita arrecadada com a cobranca de multas de transito e para o pagamento de pedagio por usuarios da via nao podera ultrapassar o montante total arrecadado por ano do Sistema Nacional de Transito poderao integra rse para a ampliacao e o aprimoramento da fiscalizacao do transito

O CONTRAN em cento e oitenta dias fixara a metodologia de afericao de peso de veiculos estabelecendo p
unico Revogado pela Lei no 14599 de 2023 Art 324 VET ADO Art 325 As repartico es de transito conservar
Lei no 13281 de 2016 Vigencia SS 1o Os documentos previstos no caput poderao ser gerados e tramitados
dispensada nesse caso a sua guarda fisica Incluído pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia SS 2o O Contran r
no 13281 de 2016 Vigencia14112023 1354 L9503Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.html
Art 326 A Semana Nacional de Transito sera comemorada anualmente no periodo compreendido entre 18 e 24 de setembro de cada ano para o cumprimento da meta anual de reducao do indice de mortes por grupo de habitantes apurado anualmente
de 2023 SS 1o O objetivo geral do estabelecimento de metas e ao final de 2030 reduzir a metade no minimo o indice de mortes por grupo de habitantes a menor em base percentual entre os indices mais recentes oficialmente apurados e os indices que se prete
Vigencia SS 4o As metas serao fixadas pelo Contran para os Estados e para o Distrito Federal mediante pr
Contran os Cetran o Contrandife e a Policia Rodoviaria Federal realizarao consulta ou audiencia publica pa
ate o dia 1o de agosto de cada ano conforme regulamentacao do Contran Redacao dada pela Lei no 14599 de 2023
no cumprimento das metas vigentes no ano anterior detalhados os dados levantados e as acoes realizadas
13614 de 2018 Vigencia SS 8o O Contran ouvidos os Cetran o Contrandife a Policia Rodoviaria Federal e o
estatisticos necessarios para a composicao dos termos das formulas Redacao dada pela Lei no 14599 de 2023
transito da Uniao conforme regulamentacao do Contran Redacao dada pela Lei no 14599 de 2023 SS 10 O
I pela Policia Rodoviaria Federal e pelo orgao executivo rodoviario da Uniao Incluído pela Lei no 13614 de 2018
executivos rodoviaros e pelos orgaos ou entidades executivos de transito dos Municipios Incluído pela Lei n
o Contrandife a Policia Rodoviaria Federal e os demais orgaos do Sistema Nacional de Transito Redacao d
base em indices parciais apura dos no decorrer do ano o Contran os Cetran e o Contrandife poderao recom
para o Distrito Federal Incluído pela Lei no 13614 de 2018 Vigencia SS 14 A partir da analise de desempenh
I duas classificacoes ordenadas dos Estad os e do Distrito Federal uma referente ao ano analisado e outra
do objetivo geral do estabelecimento de metas previsto no SS 1o deste artigo Incluído pela Lei no 13614 de 2018
os que vierem a ser regulamentados pelo CONTRAN Paragrafo unico VET ADO Art 328 O veiculo apreendi
meio eletronico Redacao dada pela Lei no 13160 de 2015 SS 1o Publicado o edital do leilao a preparaca o p
o apresenta condicoes de seguranca para trafegar e Incluído pela Lei no 13160 de 2015 II sucata quando n
quando sera arrematado pelo maior lance desde que por valor nao inferior a cinquenta por cento do avaliad
pela Lei no 13160 de 2015 SS 4o E vedado o retorno do veiculo leiloado como sucata a circulacao Incluído
2015 SS 6o Os valores arrecadados em leilao deverao ser utilizados para custeio da realizacao do leilao div
remocao e estada Incluído pela Lei no 13160 de 2015 II os tributos vinculados ao veiculo na forma do SS 10
da Lei no 5172 de 25 de outubro de 1966Codigo Tributario Nacional Incluído pela Lei14112023 1354 L9503
do Sistema Nacional de Transito segundo a ordem cronologica e Incluído pela Lei no 13160 de 2015 VI os c
a situacao sera comunicada aos credores Incluído pela Lei no 13160 de 2015 SS 8o Os orgaos publicos res
Os debitos incidente s sobre o veiculo antes da alienacao administrativa ficam dele automaticamente desvin
o dominio util a posse a circulacao ou o licenciamento de veiculo Incluído pela Lei no 13160 de 2015 SS 11
3o do art 271 Incluído pela Lei no 13160 de 2015 SS 12 Quitados os debitos o saldo remanescente sera de

a realizacao do leilao para o levantamento do valor no prazo de cinco anos apos os quais o valor sera trans no que couber ao animal recolhido a qualquer titulo e nao reclamado por seu proprietario no prazo de sesse prontuario do veiculo a autoridade responsavel pela restricao sera notificada para a retirada do bem do depo prazo de 60 sessenta dias a contar da notificacao de que trata o SS 14 nao houver manifestacao da autoridade SS 16 Os veiculos sucatas e materiais inserviveis de bens automotores que se encontrarem nos depositos publica na hipotese do SS 16 sera realizado por lote de tonelagem de material ferroso observandose no que aproveitamento de pecas e partes Incluido pela Lei no 13281 de 2016 Vigencia SS 18 Os veiculos sinistrado prazo previsto no caput deste artigo sempre que a autoridade responsavel pelo leilao julgar ser essa a medida do registro de distribuicao criminal relativamente aos crimes de homicidio roubo estupro e corrupcao de men vendam ou desmontem veiculos usados ou nao sao obrigados a possuir livros de registro de seu movimento II nome endereco e identidade do proprietario ou vendedor III data da saida ou baixa nos casos de desmonte tipograficamente e serao encadernados ou em folhas soltas sendo que no primeiro caso contera o termo de estabelecimentos referidos neste artigo registrarseao no mesmo dia em que se verificarem assinaladas incl sempre que o solicitarem nao podendo entretanto retiralos do estabelecimento SS 5o A falta de escrituracao previstos neste artigo poderao ser substituidos por sistema eletronico na forma regulamentada pelo CONTRAN Codigo o julgamento dos recursos ficara a cargo dos orgaos ora existentes Art 332 Os orgaos e entidades in a execucao de quaisquer servicos e deverao atender prontamente suas requisicoes Art 333 O CONTRAN e rodoviaros para exercerem suas competencias SS 1o Os orgaos e entidades de transito ja existentes terao as competencias previstas neste Codigo em cumprimento as exigencias estabelecidas pelo CONTRAN com transversais existentes deverao ser homologadas pelo orgao ou entidade competente no prazo de um ano a trezentos e sessenta dias da publicacao desta Lei apos a manifestacao da Camara Tematica de Engenharia 8692 Art 338 As montadoras encarrocadoras os importadores e fabricantes ao comerciarem veiculos autom As competencias previstas no inciso XV do caput do art 21 e no inciso XXII do caput do art 24 deste Codigo unico Ate 31 de dezembro de 2023 as competencias a que se refere o caput deste artigo serao exercidas p no valor de R 26495400 duzentos e sessenta e quatro mil novecentos e cinquenta e quatro reais em favor o cento e vinte dias apos a data de sua publicacao Art 341 Ficam revogadas as Leis nos 5108 de 21 de seten de 1975 6369 de 27 de outubro de 1976 6731 de 4 de dezembro de 1979 7031 de 20 de setembro de 1982 de fevereiro de 1967 e os Decretosleis nos 584 de 16 de maio de 1969 912 de 2 de outubro de 1969 e 2448 Este texto nao substitui o publicado no DOU de 2491997 e retificado em 2591997 ANEXO I DOS CONCEITO veiculos em caso de emergencia e a circulacao de pedestres e bicicletas quando nao houver local apropriado do auto de infracao e para os procedimentos dele decorrentes includos o policial militar ou os agentes refer DE TRANSITO servidor civil efetivo de carreira do orgao ou entidade executivos de transito ou rodoviario co Lei no 14229 de 2021 AR ALVEOLAR ar expirado pela boca de um individuo originario dos alveolos pulmona a frente da linha de retencao dos demais veiculos Incluido pela Lei no 14071 de 2020 Vigencia AUTOMOVE ou pessoa por ele expressamente credenciada14112023 1354 L9503Compilado <https://www.planalto.gov.br/cciv> para efeito deste Codigo similar a motocicleta motoneta e ciclomotor BICICLETARIO local na via ou fora de

da via destinada a circulacao de veiculos CALCADA parte da via normalmente segregada e em nivel diferente CAMINHONETE veiculo destinado ao transporte de carga com peso bruto total de ate tres mil e quinhentos quinhentos quilogramas podendo tracionar ou arrastar outro veiculo respeitada a capacidade maxima de tracao e capaz de tracionar indicado pelo fabricante baseado em condicoes sobre suas limitacoes de geracao uma classe CARRO DE MAO veiculo de propulsao humana utilizado no transporte de pequenas cargas CARRO DE pessoas CICLO veiculo de pelo menos duas rodas a propulsao humana CICLOFAIXA parte da pista de rolamento com 3 cinquenta centimetros cubicos equivalente a 305 pol 3 tres polegadas cubicas e cinco centesimos ou mais 14071 de 2020 Vigencia CICLOVIA pista propria destinada a circulacao de ciclos separada fisicamente do tráfego em angulo a esquerda ou a direita de mudanca da direcao original do veiculo CRUZAMENTO intersecao de duas ou mais vias colocar em risco sua integridade fisica e dos demais usuarios da via ou danificar seriamente o veiculo ESTACAO Lei no 12760 de 2012 FAIXAS DE DOMINIO superficie lindeira as vias rurais delimitada por lei especifica e marcada por marcas viarias longitudinais que tenham uma largura suficiente para permitir a circulacao de veiculos de acordo com as competencias definidas nesteCodigo FOCO DE PEDESTRES indicacao luminosa de perigo para pedestres OU MOTOR dispositivo destinado a diminuir a marcha do veiculo no caso de falha do freio de servico FREIO para orientar indicar o direito de passagem dos veiculos ou pedestres ou emitir ordens sobrepondo-se ou combinando-se de velocidade ou parada ILHA obstaculo fisico colocado na pista de rolamento destinado a ordenacao dos fluxos de entidade executiva do transito INTERSECAO todo cruzamento em nivel entroncamento ou bifurcacao incluindo Certificado de Licenciamento Anual LOGRADOURO PUBLICO espaco livre destinado pela municipalidade a circulacao de carga ou numero de pessoas para os veiculos de passageiros LOTE LINDEIRO aquele situado ao longo da via destinada do veiculo destinada a iluminar a via diante do veiculo sem ocasionar ofuscamento ou incomodo injustificavel do veiculo que o condutor esta aplicando o freio de servico LUZ INDICADORA DE DIRECAO piscapisca luz do veiculo destinada a iluminar atras do veiculo e advertir aos demais usuarios da via que o veiculo esta efetivamente ou nuvens de po LUZ DE POSICAO lanterna luz do veiculo destinada a indicar a presenca e a largura do veiculo simbolos ou legendas em tipos e cores diversas apostos ao pavimento da via MICROONIBUS veiculo automotor em posicao sentada MOTORCASA MOTORHOME veiculo automotor cuja carroceria seja fechada e destinada a adaptacoes com vista a maior comodidade destes transportes numero menor OPERACAO DE CARGA E monitoramento tecnico baseado nos conceitos de engenharia de trafego das condicoes de fluidez de estacao 14599 de 2023 PARADA imobilizacao do veiculo com a finalidade e pelo tempo estritamente necessario para a frente de outro veiculo que se desloca no mesmo sentido em menor velocidade mas em faixas distintas da via desnivel aereo e ao uso de pedestres PASSEIO parte da calcada ou da pista de rolamento neste ultimo caso exercida pela Policia Rodoviaria Federal com o objetivo de prevenir e reprimir infracoes penais no ambito de 1354 L9503Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503/compilado.htm 9092PATRULHAMENTO VIA 2021 PERIMETRO URBANO limite entre area urbana e area rural PESO BRUTO TOTAL peso maximo que o veiculo pode transportar mais o seu reboque ou reboques PISCAALERTA luz intermitente do veiculo utilizada em carater de advertencia por diferenca de nivel em relacao as calcadas ilhas ou aos canteiros centrais PLACAS elementos colocados no TRANSITO funcao exercida pelas Policias Militares com o objetivo de prevenir e reprimir atos relacionados

destinada a ligar margens opostas de uma superfície líquida qualquer QUADRÍCULO veículo automotor de o transporte de cargas Incluído pela Lei no 14599 de 2023 REBOQUE veículo destinado a ser engatado atrás e dias REFÚGIO parte da via devidamente sinalizada e protegida destinada ao uso de pedestres durante a original de veículos RODOVIA via rural pavimentada SEMIREBOQUE veículo de um ou mais eixos que se apoia em apitos e gestos destinados exclusivamente a ordenar ou dirigir o trânsito dos veículos e pedestres SINALIZAÇÃO na circulação SINISTRO DE TRÂNSITO evento que resulta em dano ao veículo ou a sua carga e ou em lesão em vias terrestres ou em áreas abertas ao público Incluído pela Lei no 14599 de 2023 SINAL POR APITO sinal no local ou norma estabelecida neste Código TARA peso próprio do veículo acrescido dos pesos da carroceria e seis rodas acoplado ou adaptado a traseira de automóvel ou camionete utilizado em geral em atividades turísticas veículo automotor construído para realizar trabalho agrícola de construção e pavimentação e tracionar outros veículos movimento de passar a frente de outro veículo que se desloca no mesmo sentido em menor velocidade e não sendo um deles automóvel VEÍCULO AUTOMOTOR veículo a motor de propulsão a combustão elétrica ou não na definição os veículos conectados a uma linha elétrica e que não circulam sobre trilhos ônibus elétrico Reat trinta anos original ou modificado que possui valor histórico próprio Redação dada pela Lei no 14071 de 2023 ao transporte de carga com peso bruto total máximo superior a dez mil quilogramas e de passageiros superior a seis passageiros veículo estacionado na via ou em estacionamento público sem capacidade de locomoção por meios próprios 14440 de 2022 VEÍCULO ESPECIAL veículo de passageiro de carga de tração de tração ou misto que possui capacidade para transportar pessoas e animais compreendendo a pista a calçada o acostamento ilha e canteiro central VIA DE TRÂNSITO RÁPIDA via geralmente controlada por semáforo com acessibilidade aos lotes lindeiros e as vias secundárias e locais por dentro das regiões da cidade 14112023 1354 L9503 Compilado https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm caracterizados principalmente por possuírem imóveis edificadas ao longo de sua extensão VIAS E ÁREAS DE TRÂNSITO no 160 de 2004 do CONTRAN Vide Resolução no 704 de 2017 do CONTRAN Vide Lei no 14071 de 2020 Vide